



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 04

**Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)**

**Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina**

**AULA 04 – DIREITO CONSTITUCIONAL**

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Organização do Estado	1 - 39
2- Intervenção	39 - 46
3- Repartição de Competências	46 - 78
4- Lista de Questões e Gabarito	79 - 92

**Organização do Estado****1- O Estado:**

A doutrina tradicional considera que os **elementos constitutivos** do Estado são o **território**, o **povo** e o **governo soberano**. O território é a dimensão física sobre a qual o Estado exerce seus poderes; é o domínio espacial (material) onde vigora uma determinada ordem jurídica estatal. O povo é a dimensão pessoal do Estado, são os seus nacionais. O governo, por sua vez, é a dimensão política; ele deve ser soberano, ou seja, sua vontade não se subordina a nenhum outro poder, seja no plano interno ou no plano internacional.

Sintetizando o conceito de Estado, Manoel Gonçalves Ferreira Filho afirma que “o Estado é uma associação humana (povo), radicada em base espacial (território), que vive sob o comando de uma autoridade (poder) não sujeita a qualquer outra (soberana).”<sup>1</sup>


Os Estados possuem diferentes maneiras de se organizar, isto é, existem diferentes **formas de Estado**. Forma de estado, ressaltando-se, é a maneira pela qual o poder está distribuído no interior do Estado; em outras palavras, ela ilustra a **distribuição territorial do poder**.

Assim, os Estados podem ser classificados em:

**a) Estado unitário:** Nesse tipo de Estado, o poder político está territorialmente centralizado. Existe, aqui, a **centralização política do poder**. O poder está centralizado em um núcleo estatal único, do qual se irradiam todas as decisões; no Estado unitário, só existe um centro produtor de normas. Um exemplo de Estado unitário é Portugal. O Brasil, até a promulgação da Constituição de 1891, também foi um Estado unitário.

<sup>1</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**, 38ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2012, pp. 75-76.

Para que se possa ter governabilidade, admite-se, no Estado unitário, a descentralização administrativa. É o que se chama de **Estado unitário descentralizado administrativamente**. Nesse tipo de Estado, mantém-se a centralização política, mas a **execução** dos serviços públicos e das políticas públicas é descentralizada.

	Parte da doutrina reconhece, ainda, os chamados <b>Estados regionais</b> , dos quais seriam exemplos Itália e Espanha. <sup>2</sup> Estes seriam um modelo intermediário entre o Estado unitário e o Estado federal. Neles, além da descentralização administrativa, <b>parcela do poder político também é descentralizada</b> . São estados unitários descentralizados administrativa e politicamente.
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**b) Estado federal:** Nesse tipo de Estado, o poder político está territorialmente descentralizado. Há várias pessoas jurídicas com capacidade política, cada uma delas dotada de **autonomia política**. São vários os centros produtores de normas, permitindo-nos afirmar que, no Estado federal, existe uma **pluralidade de ordenamentos jurídicos**.

O Brasil é um exemplo de Estado federal, possuindo como entes federativos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todos eles são dotados de autonomia política, que lhes é garantida pela Constituição Federal. Mais à frente, estudaremos em detalhes as características de uma federação.

Há que se tomar cuidado para não confundir a federação com a confederação.

Na **federação**, há uma **união indissolúvel** de entes autônomos, que tem como fundamento uma **Constituição**, a qual consagra e protege contra violações o pacto federativo. Assim, a federação não pode ser desmantelada: **não há direito de secessão**.

A **confederação** não é uma forma de estado propriamente dita, mas sim uma reunião de Estados soberanos. O vínculo é estabelecido entre esses Estados soberanos com base em um **tratado internacional**, o qual pode ser denunciado (dissolvido). Ao contrário da federação, portanto, a confederação se forma a partir de um **vínculo dissolúvel**. A confederação é uma referência histórica, pois não existe nenhuma atualmente.

<sup>2</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**, 38ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2012, pp. 75-76.

Historicamente, cita-se como exemplo de Confederação os EUA, entre os anos de 1781 a 1787.<sup>3</sup>

<b>FEDERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>UNIÃO INDISSOLÚVEL</b></li><li>• <b>OS ENTES FEDERADOS SÃO AUTÔNOMOS</b></li><li>• <b>TEM COMO FUNDAMENTO A CONSTITUIÇÃO</b></li></ul>
<b>CONFEDERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>UNIÃO DISSOLÚVEL</b></li><li>• <b>OS ENTES FEDERADOS SÃO SOBERANOS</b></li><li>• <b>TEM COMO FUNDAMENTO UM ACORDO INTERNACIONAL</b></li></ul>

## 2- A federação:

### 2.1- Características da federação:

A federação, conforme já afirmamos, tem como característica central, a descentralização do poder político. Os entes federativos são dotados de **autonomia política**, que se manifesta por meio de **4 (quatro) aptidões**:

**a) Auto-organização:** Os entes federativos têm competência para se auto-organizar. Os estados se auto-organizam por meio da **elaboração das Constituições Estaduais**, exercitando o Poder Constituinte Derivado Decorrente. Os municípios também se auto-organizam, por meio da **elaboração das suas Leis Orgânicas**. O Prof. Gilmar Mendes chama o poder de auto-organização dos estados de **capacidade de autoconstituição**.<sup>4</sup>

**b) Autolegislação:** Muitos autores entendem que a capacidade de autolegislação estaria compreendida dentro da capacidade de auto-organização.<sup>5</sup> No entanto, podemos considerá-la uma capacidade diferente. Autolegislação é a capacidade de os entes federativos **editarem suas próprias leis**. Em razão dessa característica é que podemos dizer que, numa federação, há diferentes centros

<sup>3</sup> CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo**, 16ª edição. Ed. Del Rey. Belo Horizonte, 2010.

<sup>4</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 6ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011. pp. 828.

<sup>5</sup> MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**, Ed. Juspodium, Salvador: 2013, pp. 429.

produtores de normas e, em consequência, pluralidade de ordenamentos jurídicos.

**c) Autoadministração:** É o poder que os entes federativos têm para exercer suas atribuições de **natureza administrativa, tributária e orçamentária**. Assim, os entes federativos elaboram seus próprios orçamentos, arrecadam seus próprios tributos e executam políticas públicas, dentro da esfera de atuação de cada um, segundo a repartição constitucional de competências.

**d) Autogoverno:** Os entes federativos têm poder para **eleger seus próprios representantes**. É com base nessa capacidade que os Estados elegem seus Governadores e os municípios, os seus Prefeitos.

Os Estados se organizam sob a forma de uma federação por **razões geográficas e culturais**.<sup>6</sup> Com efeito, um Estado com território muito extenso possui, normalmente, grandes diferenças culturais e de desenvolvimento, o que exige uma **atuação estatal que não esteja preocupada somente com os anseios nacionais** (do todo), mas também com as idiosincrasias (peculiaridades) locais.

Dessa forma, o estabelecimento de um Estado federal tem como ponto de partida uma decisão do Poder Constituinte. É a Constituição, afinal, que estabelecerá o pacto federativo e criará mecanismos tendentes a protegê-lo. Na CF/88, essa decisão política se revela logo no art. 1º, *caput*, que dispõe que a República Federativa do Brasil é formada pela **união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal**,

Podemos afirmar que uma federação deve possuir as seguintes características:<sup>7</sup>

**a) Repartição constitucional de competências:** Para que a ação estatal seja o mais eficaz possível, cada ente federativo é dotado de uma gama de **atribuições que lhe são próprias**. A repartição de competências entre os entes federativos é definida pela Constituição.

Ressalte-se que, no Estado federal, existe também uma **repartição de rendas**. Nesse sentido, a CF/88 estabelece regras sobre o repasse aos Estados e Municípios de receitas oriundas dos impostos federais. Segundo a doutrina, há que existir um **equilíbrio entre competências e rendas**, de modo que não seria possível aos entes

<sup>6</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 6ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011. pp. 832.

<sup>7</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 636.

federativos executar suas atribuições sem recursos financeiros suficientes para tanto.

**b) Indissolubilidade do vínculo federativo:** Em uma federação, **não existe direito de secessão**; em outras palavras, os entes federativos estão ligados por um vínculo indissolúvel.

**c) Nacionalidade única:** Os cidadãos dos estados da federação possuem uma nacionalidade única; não há nacionalidades parciais, Aquele que nasce em Minas Gerais, São Paulo ou Pernambuco terá a nacionalidade brasileira.

**d) Rigidez constitucional:** Em um Estado federal, é necessário que exista uma **Constituição escrita e rígida**, que proteja o pacto federativo. Isso decorre do fato de que é a Constituição que estabelece o funcionamento da federação e, logo, somente poderá ser modificada por um procedimento mais dificultoso e solene. Ressalte-se que, no Brasil, o princípio federativo é uma **cláusula pétrea** e, portanto, não pode ser objeto de deliberação emenda constitucional que tenda a aboli-lo.

Como decorrência da rigidez constitucional, existirá em um Estado federal um **mecanismo de controle de constitucionalidade das leis**. Com isso, busca-se evitar que um ente federativo invada a esfera de competência de outro.

**e) Existência de mecanismo de intervenção:** Conforme já estudamos, não há direito de secessão em uma federação. Assim, **atos que contrariem o pacto federativo** darão ensejo à utilização dos mecanismos de intervenção (intervenção federal ou estadual, dependendo do caso). Por meio desse mecanismo, fica suprimida, temporariamente, a autonomia política de um ente federativo.

**f) Existência de um Tribunal Federativo:** É necessário que exista um Tribunal com a competência para solucionar litígios envolvendo os entes federativos. No Brasil, o STF atual como **Tribunal federativo** ao processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados ou entre os Estados. Cabe destacar que, no Brasil, o STF não julga os conflitos envolvendo Municípios.

**g) Participação dos entes federativos na formação da vontade nacional:** Nas federações, deve existir um órgão legislativo representante dos poderes regionais. No Brasil, esse órgão é o Senado Federal, que representa os Estados e o Distrito Federal. Destaque-se que, na federação brasileira, os Municípios não participam da vontade nacional.

## 2.2- Classificação das federações:

Não há homogeneidade entre as federações; ao contrário, cada uma delas possui características peculiares. Isso levou a doutrina a estabelecer diferentes **classificações** para as federações:

**a) Quanto à origem:** As federações podem ser formadas **por agregação** ou **por segregação (desagregação)**.

No **federalismo por agregação**, a formação do Estado federal ocorreu a partir da reunião de Estados soberanos que a preexistiam. Exemplo histórico desse tipo de federação são os EUA, que se formaram a partir da reunião das 13 Colônias. Diz-se que, nesse caso, houve um **movimento centrípeto** (direcionado ao centro).

No **federalismo por segregação**, um Estado que antes era unitário se descentraliza politicamente. Um exemplo desse tipo de federação é o próprio Brasil. Até 1891, o Brasil era um Estado unitário. Com a Constituição de 1891, passamos a ter um Estado federal: as províncias se tornaram estados membros e passaram a ser dotadas de autonomia política. Diz-se que, nesse caso, a federação se formou um **movimento centrífugo** (direcionado para fora).

**b) Quanto à concentração de poder:** As federações podem ser classificadas, quanto à concentração de poder em centrípetas ou centrífugas.

Na **federação centrípeta**, o poder está concentrado no centro; portanto, o **governo central detém a maior parte do poder**. Assim, nesse tipo de federação, há maior concentração de poder na União, em detrimento dos Estados. Destaque-se que as federações que se formaram por um **movimento centrífugo** (por exemplo, o Brasil) têm uma **tendência de serem centrípetas**, quanto à concentração de poder.

Na **federação centrífuga**, o poder está mais concentrado na periferia; em outras palavras, as **entidades regionais detém a maior parte do poder**, a maior parte das competências. Portanto, nesse tipo de federação, há uma grande descentralização, com menor concentração do poder no governo central e ampliação dos poderes regionais. Ressalte-se que as federações que se formaram por um **movimento centrípeto** (por exemplo, os EUA) têm uma **tendência de serem centrífugas**, quanto à concentração de poder.





Existe, ainda, o **federalismo de equilíbrio**, assim chamado aquele em que se **busca a distribuição equitativa** de poderes entre os governos centrais e regionais.

**c) Quanto ao equacionamento de desigualdades:** As federações podem ser classificadas como simétricas ou assimétricas.

Nas **federações simétricas**, há uma distribuição igualitária de competências e de receitas entre os entes federativos; trata-se de modelo especialmente eficaz quando há homogeneidade socioeconômica entre os entes federativos.

Nas **federações assimétricas**, por sua vez, há o reconhecimento de que existem disparidades socioeconômicas entre os entes federativos; busca-se, portanto, por meio de políticas públicas e opções feitas no texto constitucional, reduzir essas desigualdades. Embora exista certa controvérsia doutrinária, o mais seguro para a prova é considerar que **o Brasil é uma federação assimétrica**. Com efeito, há diversos dispositivos na CF/88 destinados a reduzir desigualdades regionais. Cita-se, como exemplo, o art. 3º, III, que dispõe como objetivo fundamental da RFB reduzir as desigualdades regionais.

**d) Quanto à repartição de competências:** Segundo esse critério, há dois tipos de federação: federação dual (clássica) ou federação cooperativa (neoclássica).

Na **federação dual**, os entes federados possuem competências próprias, que são **exercidas sem qualquer comunicação** com os demais entes. Cada um atua na sua esfera, independentemente do outro.

Na **federação cooperativa**, os entes federados **exercem suas competências em conjunto** com os outros. As competências são repartidas pela Constituição de modo a permitir a atuação conjunta dos entes federativos. O Brasil adota um **federalismo de cooperação**; com efeito, a CF/88 estabeleceu competências comuns a todos os entes federativos (art. 23) e competências concorrentes entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24).

### 3- A federação brasileira:

Segundo o art. 18, da CF/88, "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios**, todos **autônomos**, nos termos desta



*Constituição*”. Os Territórios não são entes federativos e, portanto, não possuem autonomia política.

Até a promulgação da CF/88, os Municípios não eram considerados entes federativos; com a promulgação da atual Carta Magna, eles passaram a também ser dotados de autonomia política. Com base nisso, a doutrina dominante reconhece que a **federação brasileira é de 3º grau**.<sup>8</sup>

Há que se dizer que autonomia difere de soberania. Os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são todos **autônomos**, isto é, são dotados de **auto-organização, autolegislação, autoadministração e autogoverno**, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal. Note-se que há um **limitador ao poder** dos entes federativos.

A **soberania** é atributo apenas da República Federativa do Brasil (RFB), do Estado federal em seu conjunto. A **União** é quem representa a RFB no plano internacional (art. 21, inciso I), mas **possui apenas autonomia**, jamais soberania.

O art. 18, § 1º, CF/88 determina, que **Brasília é a capital federal**. Brasília não se confunde com o Distrito Federal, ocupando apenas parte do seu território.

### 3.1- União:

A União é **pessoa jurídica de direito público interno**, sem personalidade internacional, **autônoma**, com **competências administrativas e legislativas** enumeradas pela Carta Magna. É esse ente federativo que representa a República Federativa do Brasil no plano internacional.

Segundo o art.18, § 2º, os **Territórios Federais integram a União**; eles não são dotados de autonomia política, sendo considerados meras **descentralizações administrativas**. Por isso, são considerados pela doutrina autarquias territoriais da União. Atualmente, não existe nenhum Território Federal.

### 3.2- Estados:

---

<sup>8</sup> O Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho diz que o federalismo brasileiro é de 2º grau, apesar de reconhecer a existência de 3 (três) ordem jurídicas. Segundo ele, haveria um grau da União para os Estados e outro grau, dos Estados para os Municípios.

Os Estados-membros ou Estados federados<sup>9</sup>, assim como a União, são **entes autônomos**, apresentando **personalidade jurídica de direito público interno**. São dotados de **autonomia política** e, por isso, apresentam capacidade de auto-organização, autolegislação, autoadministração e autogoverno.

O art. 25, da CF/88, dispõe sobre a capacidade de auto-organização e autolegislação dos Estados-membros:

**Art. 25.** *Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

A **auto-organização** dos Estados-membros se manifesta por meio da **elaboração de suas Constituições**, fruto do exercício do Poder Constituinte Derivado Decorrente pela atuação de suas Assembleias Legislativas. Já a **autolegislação** ocorre pela **edição de suas próprias leis**, resultando da atuação do legislador ordinário, também nas Assembleias Legislativas.

No exercício da sua capacidade de auto-organização e de autolegislação, isto é, ao elaborar suas leis e Constituição, os Estados deverão obedecer aos:

**a) Princípios constitucionais sensíveis:** Esses princípios estão enumerados **taxativamente** pela Constituição (art. 34, VII). O nome sensíveis se deve ao fato de que estes são de observância obrigatória, **sob pena de intervenção federal**, ou seja, caso contrariados, provocam uma reação.<sup>10</sup>

**Art. 34.** *A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:*

*(...)*

**VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:**

- a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;**
- b) direitos da pessoa humana;**
- c) autonomia municipal;**
- d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta e aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.**

<sup>9</sup> Não confunda Estado federado (sinônimo de Estado-membro) com Estado federal (sinônimo de República Federativa do Brasil). Os primeiros são parte do segundo.

<sup>10</sup> <sup>10</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 697.

**b) Princípios constitucionais extensíveis:** São **normas de organização** que a Lei Fundamental estendeu a Estados-membros, Municípios e Distrito Federal.<sup>11</sup> Encontram-se dispostos em normas espalhadas pelo texto da Carta Magna. É o caso dos fundamentos e objetivos fundamentais da RFB, por exemplo (art. 1º, I a V; art. 3º, I a IV e art. 4º, I a X, CF/88).

**c) Princípios constitucionais estabelecidos:** São normas espalhadas pelo texto da Constituição que, **além de organizarem a própria federação, estabelecem preceitos centrais** de observância pelos Estados-membros em sua auto-organização.<sup>12</sup> Exemplo: arts. 27; 28, 37, I a XXI, §§ 1º a 6º; 39 a 41, CF.

Segundo o STF, “se é certo que a nova Carta Política contempla um elenco menos abrangente de **princípios constitucionais sensíveis**, a denotar, com isso, a expansão de poderes jurídicos na esfera das coletividades autônomas locais, o mesmo não se pode afirmar quanto aos **princípios federais extensíveis** e aos **princípios constitucionais estabelecidos**, os quais, embora disseminados pelo texto constitucional, posto que não é tópica a sua localização, configuram **acervo expressivo de limitações dessa autonomia local**, cuja identificação – até mesmo pelos efeitos restritivos que deles decorrem – impõe-se realizar (STF, Pleno, ADI nº 216/PB, RTJ 146/388).

Para fixarmos melhor quais são os princípios constitucionais sensíveis, que tal um esquema?



<sup>11</sup> <sup>11</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 697.

<sup>12</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 697

Os Estados também possuem **capacidade de autogoverno**, elegendo seus **representantes** nos Poderes Legislativo e Executivo, os quais não terão qualquer vínculo de subordinação ao poder central. A Constituição Federal também estabelece **regras de organização** para os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estaduais.

O Poder Legislativo estadual é **unicameral**, sendo formado apenas pela Assembleia Legislativa. Esse modelo é diferente do Poder Legislativo federal, que é bicameral, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Veja o que dispõe o artigo 27, §1º, da Carta Magna:

**§ 1º** - *Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.*

Os deputados estaduais são eleitos para **mandatos de quatro anos**, pelo **sistema proporcional**. Seu número é determinado pela regra estabelecida no art. 27, "caput", da Carta Magna:

**Art. 27.** *O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.*

O número de deputados estaduais será, então, o **triplo dos deputados federais**. Se um Estado-membro possuir 10 deputados federais, ele terá por consequência 30 deputados estaduais (3 x 10). No entanto, uma vez **atingido o número de 36**, serão **acrescidos tantos quantos forem os Deputados Federais acima de 12**. Assim, caso um estado tenha 20 deputados federais, fazemos a conta 36+(20-12), o que totaliza 44 deputados estaduais.

No que se refere ao **Poder Executivo estadual**, destaca-se o art. 28 da Constituição:

**Art. 28.** *A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.*

**§ 1º** Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

**§ 2º** Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por **lei** de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Observe que os **subsídios** do Governador, do Vice-Governador e dos secretários de Estado **são fixados por lei**, a partir de **projeto apresentado pela Assembleia Legislativa**. Sujeita-se, portanto, a veto do Governador. Seu valor serve como limite remuneratório (teto) no âmbito do Poder Executivo estadual, exceto para os procuradores e defensores públicos, cujo teto salarial será de 90,25% do subsídio de Ministro do STF (CF, art. 37, XI).

Mesmo diante dessa regra, os Estados-membros **podem adotar um limite diverso para Legislativo, Executivo e Judiciário**, um teto único. É o que determina o art. 37, §12, da Constituição:

**§ 12.** Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

No que concerne ao **Poder Judiciário**, estabelece a Constituição que os **Estados organizarão sua Justiça**, observados os princípios nela estabelecidos (art. 125, "caput", CF/88). A Carta Magna determina, ainda, que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a **lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça** (art. 125, § 1º, CF/88).

A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a **Justiça Militar estadual**, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes (art. 125, § 3º, CF/88).

Além de auto-organização, autolegislação e autogoverno, os Estados possuem **autoadministração**. Assim, são competentes para se administrarem, no exercício das atribuições definidas pela Constituição.

Determina a Carta Magna que os Estados poderão, mediante **lei complementar**, **instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões**, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (art. 25, § 3º, CF/88). São, portanto, 3 (três) os requisitos para que os estados atuem nesse sentido:

- a) Lei complementar estadual;
- b) Os municípios envolvidos devem ser limítrofes;
- c) Finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Mas, afinal, o que são microrregiões, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos?

As **regiões metropolitanas** são formadas por um conjunto de Municípios cujas sedes se unem, com certa continuidade urbana, em torno de um Município-polo. As **microrregiões**, por sua vez, são formadas por Municípios limítrofes, sem continuidade urbana, com características homogêneas e problemas administrativos comuns. Finalmente, os **aglomerados urbanos** são áreas urbanas cujos Municípios apresentam tendência à complementaridade de suas funções, exigindo, por isso, um planejamento integrado e uma ação coordenada dos entes públicos. É o caso da Baixada Santista, por exemplo.

### 3.3- Distrito Federal:

A natureza jurídica do Distrito Federal tem gerado algumas discussões. Alguns autores defendem que ele tem **natureza híbrida**, por apresentar algumas características dos Estados e outras dos Municípios. Para José Afonso da Silva, o Distrito Federal **não é nem Estado nem Município**. Já o STF afirma que o Distrito Federal é um **ente federativo com autonomia parcialmente tutelada pela União**.

O Distrito Federal é ente federado **autônomo** e, como tal, dispõe de auto-organização, autoadministração, autolegislação e autogoverno (CF, arts. 18, 32 e 34). A **auto-organização** do Distrito Federal se manifesta por meio de **Lei Orgânica**, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por **dois terços** da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição (art. 32, "caput", CF/88).



No que se refere à **autolegislação**, o Distrito Federal apresenta uma característica peculiar: a ele são atribuídas as **competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios** (CF, art. 32, §1º e 147). Não se pode, porém, dizer que o Distrito Federal apresenta todas as competências legislativas dos Estados-membros. Algumas não lhe foram estendidas, como é o caso, por exemplo, da competência para **dispor sobre sua organização judiciária**, que é privativa da União (art. 22, XVII, CF). Além disso, ao contrário dos Estados-membros, a competência para **organizar e manter**, no seu âmbito, o **Ministério Público**, o **Poder Judiciário**, a **polícia civil**, a **polícia militar** e o **corpo de bombeiros militar** é da União (CF, art. 21, XIII e XIV).

Já no que tange ao **autogoverno**, a eleição do Governador e do Vice-Governador segue as regras da eleição para Presidente da República. A dos deputados distritais segue a regra dos deputados estaduais.

Outra peculiaridade do Distrito Federal é que, diferentemente do que ocorre com os demais entes federados, **não há previsão constitucional para alteração dos seus limites territoriais**. Ressalta-se, ainda, que, ao contrário dos Estados-membros, o Distrito Federal **não pode ser dividido em Municípios** (art. 32, "caput", CF/88).

Além disso, não pode organizar nem manter o Judiciário nem o Ministério Público, nem as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros. Todos esses órgãos são organizados e mantidos pela União, cabendo a ela legislar sobre a matéria. Nesse sentido, determina a Súmula 647 do STF que *"competete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal"*.

### 3.4- Municípios:

Os Municípios são entes autônomos, sendo sua autonomia alçada, pela Constituição Federal, à condição de **princípio constitucional sensível** (CF, art. 34, VII, "c"). Essa autonomia baseia-se na capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração.

Segundo Alexandre de Moraes, pode-se dizer que o Município se **auto-organiza** por meio de sua **Lei Orgânica Municipal**; **autolegisla**, por meio das **leis municipais**; **autogoverna-se** por meio da eleição direta de seu **Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores** sem qualquer ingerência dos Governos Federal e Estadual; e, por fim, se **autoadministra** ao pôr em

exercício suas competências administrativas, tributárias e legislativas, diretamente conferidas pela Constituição Federal.<sup>13</sup>

Nos Municípios, ao contrário do que acontece nos demais entes da federação, **não há Poder Judiciário**. O Poder Legislativo, assim como nos Estados-membros, é **unicameral**.

No que diz respeito à **auto-organização**, determina a Carta da República que a Lei Orgânica do município será **votada em dois turnos**, com o **interstício mínimo de dez dias**, e aprovada por **dois terços dos membros da Câmara Municipal**, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado. Serão objeto da Lei Orgânica a organização dos órgãos da Administração, a relação entre os Poderes, bem como a disciplina da competência legislativa do Município.<sup>14</sup>

Compete à Lei Orgânica, ainda, **fixar o número de Vereadores**, observados **limitas máximos** definidos pela Constituição, **escalonados segundo o número de habitantes** do Município. Nos Municípios com até 15 mil habitantes, por exemplo, o número máximo de Vereadores é 9 (nove); já nos Municípios com mais de 8 milhões de habitantes, o número máximo de Vereadores é 55 (cinquenta e cinco).

**Art. 29.** *O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:*

**I** - *eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;*

**II** - *eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;*

**III** - *posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;*

(...)

<sup>13</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 714.

<sup>14</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 714.

**V** - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

(...)

**X**- julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça

O Prefeito e Vice-Prefeito serão eleitos pelo **sistema majoritário**, para mandato de 4 (quatro) anos. A eleição é realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devem suceder. No caso de Municípios com **mais de 200.000 eleitores**, a eleição de Prefeito e Vice-Prefeito ocorrerá pelo **sistema majoritário de 2 turnos**; caso o número de eleitores seja inferior a 200.000, haverá apenas 1 (um) turno de votação.

O artigo 29, X da Constituição trata do **julgamento do Prefeito** perante o **Tribunal de Justiça**. Considerando que o constituinte não foi muito claro nessa determinação, o STF entende que a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos **se limita aos crimes de competência da justiça comum estadual**. Nos demais casos, a competência originária cabe ao respectivo tribunal de segundo grau. Assim, em caso de crimes eleitorais, a competência será do Tribunal Regional Eleitoral; nos crimes federais, a competência será do Tribunal Regional Federal.

Há duas importantes súmulas do STJ sobre esse assunto. A primeira delas é a Súmula 208, que determina que “*compete à **Justiça Federal** processar e julgar prefeito municipal por **desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal***”. A segunda é a Súmula 209, que estabelece que “*compete à **Justiça Estadual** processar e julgar prefeito por **desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal***”. Ainda segundo o STJ, o Prefeito será julgado pelo **Tribunal de Justiça** (e não pelo tribunal do júri) no caso de **crimes dolosos contra a vida**.

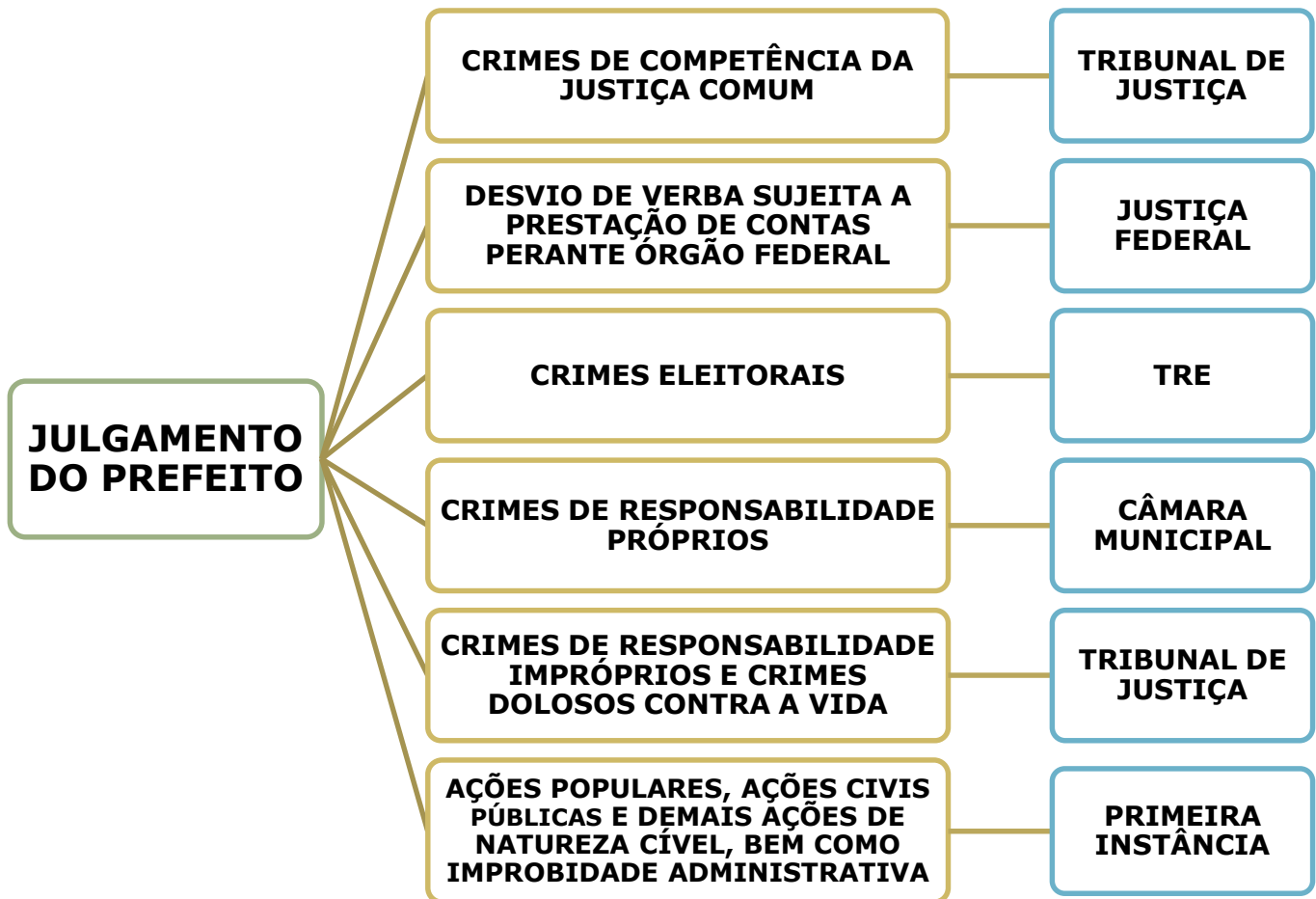
No que se refere aos **crimes de responsabilidade** praticados pelo Prefeito Municipal, é importante que os classifiquemos em **próprios** ou **impróprios**. Enquanto os primeiros são infrações político-administrativas, cuja sanção corresponde à perda do mandato e à suspensão dos direitos políticos, os segundos são verdadeiras infrações penais, apenados com penas privativas de liberdade. Os **crimes próprios** deverão ser julgados pela **Câmara Municipal**, enquanto os **crimes impróprios** deverão ser julgados pelo **Judiciário**, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores.

Destaca-se, porém, que a Constituição Federal prevê a competência originária do Tribunal de Justiça, salvo as exceções anteriormente mencionadas, apenas para o processo e julgamento das **infrações penais**

**comuns** contra o Prefeito Municipal. **Não se admite a extensão** interpretativa para se considerar a existência de foro privilegiado para as **ações populares, ações civis públicas e demais ações de natureza cível**. Essa proibição também vale para as ações de improbidade administrativa, por ausência de previsão constitucional específica.

A Constituição prevê algumas **hipóteses de crime de responsabilidade** do Prefeito em seu art. 29-A, § 2º (rol exemplificativo): efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, que vimos anteriormente; não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

Esquemmatizando:



A Constituição Federal **não outorgou foro especial aos Vereadores** perante o Tribunal de Justiça. Contudo, segundo o STF, a **Constituição do Estado pode fazê-lo**, se o legislador constituinte entender oportuno. A Carta Magna limitou-se a conceder-lhes **inviolabilidade por suas**

**opiniões, palavras e votos** no exercício do mandato e **na circunscrição do Município** (CF, art. 29, VIII), a chamada imunidade material.

No que se concerne ao **subsídio dos vereadores**, a Constituição determina, em seu artigo 29, VI, que este será **fixado pelas respectivas Câmaras Municipais** em **cada legislatura para a subsequente**, observado o que dispõe a Carta Magna, os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

Número de habitantes	Até 10.000	De 10.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	De 100.001 a 300.000	De 300.001 a 500.000	Acima de 500.000
Subsídio máximo do vereador (% subsídio deputados estaduais)	20%	30%	40%	50%	60%	75%

Dispõe, ainda, a Carta Magna, em seu art. 29-A, § 1º, que a Câmara Municipal **não gastará mais de 70 % (setenta por cento) de sua receita** com **folha de pagamento**, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. Segundo o art. 29, VII, o **total da despesa com a remuneração dos Vereadores** não poderá ultrapassar o montante de **5% (cinco por cento) da receita do Município**.

Segundo o art. 29-A, § 3º, o Presidente da Câmara Municipal **cometerá crime de responsabilidade** quando a Câmara Municipal **gastar mais de 70% da sua receita com folha de pagamento**.

### 3.5- Territórios Federais:

Os Territórios Federais **integram a União**, sendo considerados meras descentralizações administrativas; a doutrina os chama, por isso, de **autarquias territoriais** da União. Portanto, eles **não são entes federativos** e não possuem autonomia política.

Atualmente, não existe nenhum Território Federal. Com a CF/88, os territórios de Roraima e do Amapá foram transformados em estados federados; por sua vez, o território de Fernando de Noronha foi incorporado ao estado de Pernambuco.

Apesar de não existir, atualmente, nenhum Território Federal, estes **poderão ser criados** a qualquer tempo. Para a criação dos Territórios

Federais, é necessária **lei complementar**. Apesar de não serem entes federativos, os Territórios **poderão ser divididos em Municípios**.

O Poder Executivo nos Territórios Federais é chefiado pelo Governador, que não é eleito pelo povo. O Governador do Território é **nomeado pelo Presidente da República**, com nome **aprovado previamente**, por voto secreto, após arguição pública **pelo Senado Federal**. Compete privativamente à União legislar sobre a organização administrativa dos Territórios (art. 22, XVII).

As contas do Governo do Território são **submetidas ao Congresso Nacional**, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União (TCU). Isso se deve à vinculação dos Territórios com a União; nos Estados-membros da federação, as contas dos Governadores são submetidas à apreciação da respectiva Assembleia Legislativa.

Existe Poder Legislativo nos Territórios?

Sim, existe. O Poder Legislativo nos Territórios é exercido pela **Câmara Territorial**. Segundo o art. 33, §3º, CF/88, a lei disporá sobre as eleições da Câmara Territorial e sua competência legislativa. A Câmara Territorial exercerá apenas a **função típica de legislar**; a função de controle externo da administração dos territórios é exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU.

Cada um dos Territórios elege **4 Deputados Federais**; trata-se, portanto, de **número fixo**, não proporcional à população. Os Territórios, por não serem entes federativos, **não elegem Senadores**. Isso se deve ao fato de que os Senadores são representantes dos Estados e do Distrito Federal; permitir que os Territórios elessem Senadores significaria, em certa medida, equipará-los aos Estados.

O Poder Judiciário, nos Territórios Federais, é **organizado e mantido pela União**. Com efeito, a União tem a competência privativa para organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios. Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes da justiça local, na forma da lei.

Assim como o Poder Judiciário, o **Ministério Público**, nos Territórios Federais, é organizado e mantido pela União. Assim, temos o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) e o MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

Existe, ainda, a **Defensoria Pública dos Territórios**, também organizada e mantida pela União. Cuidado! Aqui, não há que se falar mais em Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios (DPDFT). Isso porque, após a EC nº 69/2012, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) é organizada e mantida pelo próprio Distrito Federal. Temos, então, dois órgãos diferentes: a Defensoria Pública do DF (organizada e mantida pelo



DF) e a Defensoria Pública dos Territórios (organizada e mantida pela União).

Quando os Territórios tiverem **mais de cem mil habitantes**, além do Governador, haverá **órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais**. Em outras palavras, haverá representações do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública nos territórios em que a população for maior do que 100.000 habitantes.

#### **4- Alterações na estrutura da federação:**

##### **4.1- Formação dos Estados:**

A federação é **cláusula pétrea** do texto constitucional, ou seja, não pode ser objeto de emenda constitucional que seja tendente à sua abolição. Todavia, a **federação poderá sofrer alterações em sua estrutura**. As alterações na estrutura dos Estados ocorrerá nos termos do art. 18, § 3º, CF/88:

**§ 3º** Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

A leitura do dispositivo supracitado nos permite afirmar que há **5 (cinco) diferentes tipos de alteração** na estrutura dos Estados:

- a) Fusão:** Um Estado A se une a um Estado B, formando o Estado C. Com isso, há a formação de um **terceiro e novo ente federado**, distinto dos anteriores e com **personalidade própria**. Os Estados que lhe deram origem não mais existirão.
- b) Incorporação:** Um Estado A se incorpora ao Estado B, o qual continua a existir. O Estado A deixa de existir e o território do Estado B aumenta. Perceba que, na incorporação, um dos entes federativos **mantém a sua personalidade jurídica**. Na história do Brasil, temos um exemplo de incorporação. O Estado de Guanabara se incorporou ao Estado do Rio de Janeiro.
- c) Subdivisão ou cisão:** Um Estado A se subdivide, dando origem ao Estado B e C. O Estado A deixa de existir, **surgindo dois novos Estados** (duas novas personalidades jurídicas). A subdivisão de um Estado pode dar origem a novos Estados ou territórios. Existe

proposta para que o Maranhão seja subdivido em Maranhão do Sul e Maranhão do Norte. Esse seria um bom exemplo de subdivisão.

**d) Desmembramento-anexação:** Ocorre quando um ou mais Estados **cedem parte de seu território** para que este seja **anexado ao território de outro Estado**. Seria o caso, por exemplo, em que o Estado A perde parcela do seu território, que é anexada ao território do Estado B. Perceba que, nessa operação, não houve extinção de nenhum Estado. O Estado A perdeu parte de seu território, mas continuou existindo.

**e) Desmembramento-formação:** Ocorre quando um ou mais Estados **cedem parte de seu território** para que haja a **formação de um novo ente**. Foi o que aconteceu com Goiás, quando este cedeu parte de seu território para a formação do estado do Tocantins. Perceba que, nessa operação, não houve extinção de nenhum Estado. Goiás perdeu parte do seu território, mas deu origem a um novo Estado-membro.

E quais são os **requisitos** para que sejam realizadas essas alterações na estrutura dos Estados?

De início, será necessário que se proceda à **consulta às populações diretamente interessadas**, mediante a **realização de um plebiscito**. Caso a população seja desfavorável, a modificação territorial será impossível. Já quando favorável, a decisão final sobre a modificação territorial é do Congresso Nacional, pois este poderá editar ou não a lei complementar.

Na ADIN nº 2.650/DF, o STF considerou que se deve dar ao termo "**população diretamente interessada**" o significado de que, nos casos de desmembramento, incorporação ou subdivisão de Estado, deve ser consultada, mediante plebiscito, **toda a população do (s) Estado (s) afetado (s)**, e não apenas a população da área a ser desmembrada, incorporada ou subdividida.

Após a manifestação favorável da população diretamente interessada, será necessária a **oitiva das Assembleias Legislativas** dos estados interessados. Cabe destacar que a consulta às Assembleias Legislativas é **meramente opinativa**, o que quer dizer que, mesmo que a Assembleia Legislativa for desfavorável à mudança territorial, o Congresso Nacional pode editar a lei complementar que aprova a subdivisão, incorporação ou desmembramento.

Consultada a população (mediante plebiscito) e feita a oitiva das Assembleias Legislativa, resta apenas a **edição de lei complementar**, o que é um ato discricionário do Congresso Nacional. Esse é o passo final para

a alteração na estrutura dos Estados. Assim, em resumo, os requisitos para a formação de Estados são os seguintes:

- a) Consulta prévia, por plebiscito, às **populações diretamente interessadas**;
- b) **Oitiva das Assembleias Legislativas** dos estados interessados (art. 48, VI, CF/88);
- c) Edição de **lei complementar** pelo Congresso Nacional.

Observe que a **formação dos Territórios obedece aos mesmos requisitos** necessários para a incorporação, subdivisão e desmembramento de Estado.

#### 4.2- Formação dos Municípios:

A formação de Municípios é regulada pelo art. 18, § 4º da Constituição, cuja redação foi dada pela EC nº 15/1996:

**§ 4º** A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

De 1988 até 1996, a criação de Municípios era bem simples. As restrições não eram tão grandes e, como consequência disso, **multiplicaram-se os Municípios**. Na tentativa de moralizar a criação de Municípios, foi promulgada a EC nº 15/1996, cujas **regras estão válidas até hoje**.

E quais são os requisitos para a criação de Municípios?

São, **5 (cinco) os requisitos** para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios:

- a) Edição de **lei complementar federal** pelo Congresso Nacional, fixando genericamente o período dentro do qual poderá ocorrer a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Destaque-se que esta lei complementar **até hoje não editada**.
- b) Aprovação de **lei ordinária federal** determinando os requisitos genéricos e a forma de divulgação, apresentação e publicação dos estudos de viabilidade municipal;

- c) Divulgação dos **estudos de viabilidade municipal**, na forma estabelecida pela lei mencionada acima;
- d) Consulta prévia, por **plebiscito**, às populações dos Municípios envolvidos. O resultado do plebiscito, quando desfavorável, impede a criação do novo Município. Por outro lado, caso seja favorável, caberá à Assembleia Legislativa decidir se irá ou não criar o Município.
- e) Aprovação de **lei ordinária estadual** pela Assembleia Legislativa determinando a criação, incorporação, fusão e desmembramento do(s) município(s). Trata-se de **ato discricionário** da Assembleia Legislativa,

Tendo em vista que, até hoje, o Congresso Nacional não editou lei complementar dispondo sobre o período dentro do qual poderão ocorrer alterações na estrutura de Municípios, conclui-se que, **atualmente, esses entes federativos não podem ser criados**. Aliás, esse impedimento existe desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 15/1996.

No entanto, a realidade foi diferente. Mesmo após a promulgação da EC nº 15/96, foram criados centenas de Municípios pelo Brasil afora. A doutrina os chamou de "**Municípios putativos**", pois existiam de fato, mas **sua criação havia sido inválida**, inconstitucional.

Como não poderia ser diferente, o STF foi chamado a apreciar o problema na ADIN nº 3.682/MT. Na oportunidade, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional, que deu "*ensejo à conformação e à consolidação de estados de inconstitucionalidade*". Foi atestada a **inconstitucionalidade da criação dos Municípios**. Todavia, em nome da segurança jurídica, o STF "passou a bola" para o Congresso Nacional; não poderia o STF, da noite para o dia, determinar a extinção de Municípios.

O Congresso Nacional editou, então, a Emenda Constitucional nº 57/2008, que **convalidou os atos** de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada **até 31 de dezembro de 2006**, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.

## 5- Vedações Federativas:

A Constituição estabelece, em seu art. 19, algumas vedações aos entes federados. São as chamadas **vedações federativas**.

**Art. 19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

**I** - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

**II** - recusar fé aos documentos públicos;

**III** - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

No que se refere ao **inciso I**, observa-se que o **Brasil é um Estado laico**, leigo ou não confessional, não adotando qualquer religião oficial. Entretanto, **admite-se a colaboração de interesse público** com os cultos religiosos ou igrejas, na forma da lei. Seria o caso em que, após uma enchente, o Município solicita a uma igreja que abrigue as pessoas desabrigadas por aquele desastre natural.

O **inciso II veda** que um ente da Federação **recuse fé a documentos públicos** produzidos por outro, em virtude de sua procedência. Assim, a Receita Federal do Brasil não pode recusar fé a uma certidão negativa de débito emitida pela Secretaria da Fazenda do Tocantins, por exemplo. Trata-se de uma garantia que visa a fortalecer o pacto federativo.

Finalmente, o **inciso III** acima também reforça o pacto federativo, ao **vedar** que os entes da federação criem **preferências entre si ou entre brasileiros**, em função de sua naturalidade. Assim, é vedado, por exemplo, que um concurso público estabeleça que somente os naturais de Minas Gerais poderão concorrer a determinada vaga.

## 6- Bens Públicos:

### 6.1- Bens da União:

O art. 20 relaciona os bens da União:

**Art. 20.** São bens da União:

**I** - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

**II** - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

**III** - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

**IV** as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

**V** - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

**VI** - o mar territorial;

**VII** - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

**VIII** - os potenciais de energia hidráulica;

**IX** - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

**X** - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

**XI** - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

O **inciso I** nos mostra que o art. 20, ao tratar dos bens da União, trouxe um **rol exemplificativo**. Isso porque são bens da União os que atualmente lhe pertencem e os que **lhe vierem a ser atribuídos**.

O **inciso II** trata das **terras devolutas**, que são terras públicas, ou seja, que não estão no nome de nenhum particular. Existem **terras devolutas da União** e **terras devolutas dos Estados**. São bens da União as terras devolutas **indispensáveis** à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental. Por outro lado, são bens dos Estados as terras devolutas que não forem da União.

O **inciso III** trata do domínio hídrico. Serão rios federais aqueles que **banhem mais de um Estado** (ex: Rio São Francisco, Rio Tocantins). Também são bens da União os **rios que se estendam a território estrangeiro ou dele provenham** (ex; Rio Amazonas). Por outro lado, os rios que banham apenas um Estado serão bens daquele Estado.

No **inciso IV**, verifica-se que as **ilhas fluviais e lacustres** nas **zonas limítrofes** (fronteira) com outros países são bens da União. Por outro lado, as ilhas fluviais e lacustres que não estejam em zonas limítrofes serão bens dos Estados.

As ilhas oceânicas e costeiras são bens da União. No entanto, as **ilhas costeiras, quando forem sede de Município, não serão bens da União**. Cita-se como exemplo a ilha em que está contido o Município de Florianópolis.

Os **incisos V e VI** trata do domínio marítimo. O **mar territorial** e os recursos naturais da **plataforma continental** e da **zona econômica exclusiva** são bens da União. Cita-se que na plataforma continental há uma enorme riqueza, especialmente petróleo.



O **inciso VII** trata dos **terrenos de marinha**, que também são bens da União. Apenas para que se tenha uma noção, de forma bem grosseira, são terrenos de marinha aqueles que são adjacentes ao litoral, 33 metros medidas para a parte da terra (ou seja, 33 metros para dentro do continente).

O **inciso VIII** trata dos **potenciais de energia hidráulica**. Mesmo nos rios estaduais (que banham apenas um Estado), os potenciais de energia hidráulico serão bens da União.

O **inciso IX** trata dos **recursos minerais**, inclusive os do subsolo. Suponha que um fazendeiro descubra uma mina de ouro em suas terras. Esse ouro será, por incrível que pareça, um bem da União. Cabe destacar que é **assegurada**, nos termos da lei, **aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios**, bem como a órgãos da administração direta da União, **participação no resultado** da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, **ou compensação financeira** por essa exploração.

Para enriquecer nossos conhecimentos, reproduzirei o art. 176 da Carta Magna:

**Art. 176.** *As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.*

Suponhamos, como exemplo, que seja encontrada uma mina de ouro em uma fazenda do Sr. João da Silva, em Goiás. A propriedade da fazenda continuará sendo do Sr. João, embora o ouro encontrado seja da União. Caso uma concessionária venha a explorar essa jazida, deverá pagar *royalties* à União, proprietária dos recursos minerais. O produto da lavra (ouro extraído), entretanto, será da concessionária.

O **inciso X** trata das **cavidades naturais subterrâneas** (grutas) e **sítios arqueológicos e pré-históricos**.

O **inciso XI** dispõe que as **terras tradicionalmente ocupadas pelos índios** são bens da União. A palavra "tradicionalmente" não diz respeito ao tempo de ocupação, mas sim ao **modo de ocupação indígena**. Segundo o STF, essas terras são bens da União, mas de **usufruto exclusivo dos índios**.

## 6.2- Bens dos estados:

Os bens dos estados estão no art. 26, da CF/88:

**Art. 26.** Incluem-se entre os bens dos Estados:

**I** - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

**II** - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

**III** - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

**IV** - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.



**1. (CESPE/CADE – 2014) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende os entes da Federação, que possuem a tríplice capacidade da autonomia: auto-organização, autogoverno e autoadministração.**

### Comentários:

De fato, a autonomia dos entes da federação se traduz em três aptidões: auto-organização, autogoverno e autoadministração. Alguns autores acrescentam, ainda, a capacidade de autolegislação a esse rol. Questão correta.

**2. (CESPE/Instituto Rio Branco – 2014) A ordem constitucional brasileira não admite o chamado direito de secessão, que possibilita que os estados, o Distrito Federal e os municípios se separem do Estado Federal, preterindo suas respectivas autonomias, para formar centros independentes de poder.**

### Comentários:

De fato, o ordenamento jurídico brasileiro não admite o direito de secessão. A forma federativa de Estado é princípio fundamental da RFB, bem como cláusula pétrea (art. 1º, c/c art. 60, § 4º, CF). Questão incorreta.

**3. (CESPE/TJ-CE – 2014) São bens dos estados-membros os recursos minerais, inclusive os do subsolo, localizados em seus respectivos territórios.**

**Comentários:**

Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, não dos Estados (art. 20, IX, CF). Questão incorreta.

**4. (CESPE/TJ-CE – 2014) São Com o advento da CF ficou proibida a criação de novos territórios federais.**

**Comentários:**

É possível a criação de territórios federais, obedecidos os requisitos que a Constituição estabelece em seu art. 18, parágrafo terceiro: aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. Questão incorreta.

**5. (CESPE/TJ-CE – 2014) São bens dos municípios os sítios arqueológicos localizado sem seus territórios.**

**Comentários:**

Os sítios arqueológicos são bens da União (art. 20, X, CF). Questão incorreta.

**6. (CESPE / MS – 2013) Os estados-membros se auto-organizam por meio do exercício de seu poder constituinte derivado-decorrente, mas não estão obrigados a observar os princípios federais extensíveis.**

**Comentários:**

Os estados-membros exercem sua capacidade de auto-organização por meio da elaboração de sua própria constituição, que é fruto do Poder Constituinte Derivado Decorrente. Na elaboração de suas constituições, os estados-membros deverão observar os princípios constitucionais sensíveis, os princípios constitucionais extensíveis e, ainda, os princípios constitucionais estabelecidos. Questão incorreta.

**7. (CESPE / Juiz Federal TRT 5ª Região – 2013) Como o federalismo estabelecido na CF é assimétrico, é conferido aos**

**estados, aos municípios e ao Distrito Federal, como entes federativos, o direito de secessão.**

**Comentários:**

O federalismo brasileiro é considerado assimétrico. No entanto, isso não faz com que os entes federativos possuam o direito de secessão. Questão incorreta.

**8. (CESPE / TJDF- 2013) Mesmo não sendo estado nem município, o Distrito Federal (DF) possui autonomia, parcialmente tutelada pela União.**

**Comentários:**

O Distrito Federal é um ente federativo dotado de autonomia. A doutrina considera que essa doutrina é parcialmente tutelada pela União, que tem competência para organizar e manter o Ministério Público, o Poder Judiciário, a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do DF. Questão correta.

**9. (CESPE / TRE-MS - 2013) O Estado Federal brasileiro é concebido constitucionalmente como a união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 1º da Constituição Federal. Questão correta.

**10. (CESPE / TRE-MS - 2013) A CF adotou como princípio da organização política brasileira a dissolubilidade do vínculo federativo.**

**Comentários:**

Pelo contrário! O pacto federativo é **indissolúvel** (art. 1º, CF). Questão incorreta.

**11. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) Os municípios e os estados-membros da Federação brasileira são dotados de personalidade de direito internacional.**

**Comentários:**

A União, o Distrito Federal, os Estados-membros e os Municípios possuem personalidade jurídica de direito público interno. Somente a RFB possui

personalidade jurídica de direito internacional, por ser soberana. Questão incorreta.

**12. (CESPE / CNPq - 2011) A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são entes federativos, diferentemente dos territórios federais, que integram a União e não são dotados de autonomia.**

**Comentários:**

De fato, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal são entes federados, autônomos, conforme dispõe o art. 18 da Constituição. Já os Territórios não são dotados de autonomia, sendo meras descentralizações administrativas da União (art. 18, § 2º, CF). Questão correta.

**13. (CESPE / ANATEL - 2012) A cidade de Brasília é a capital federal, sendo vedada pela Constituição Federal a transferência da sede do governo federal para outra cidade.**

**Comentários:**

De fato, Brasília é a capital federal. Entretanto, diferentemente do que diz o enunciado, é possível a transferência da sede do governo federal para outra cidade (art. 48, VII, CF). Questão incorreta.

**14. (CESPE / TJ-PI - 2012) O patrimônio da União é formado por bens indicados exemplificativamente na CF, incluídas todas as ilhas fluviais e lacustres em zonas limítrofes com outros países, praias marítimas e ilhas oceânicas e costeiras.**

**Comentários:**

De fato, trata-se de um rol exemplificativo, como demonstra a expressão "e os que lhe vierem a ser atribuídos" (art. 20, I, CF). O erro da questão é que nem todas as ilhas oceânicas e costeiras são bens da União. Há exceções (art. 20, IV, CF). Questão incorreta.

**15. (CESPE / TRE-MS - 2013) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem aos estados nas quais se situam.**

**Comentários:**

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União (art. 20, XI, CF). Questão incorreta.

**16. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os terrenos de marinha são bens dos municípios.**

**Comentários:**

Trata-se de bens da União (art. 20, VII, CF). Questão incorreta.

**17. (CESPE / TCU - 2011) De acordo com a CF, a União e os estados-membros podem criar regiões de desenvolvimento visando à redução das desigualdades regionais.**

**Comentários:**

Essa prerrogativa é apenas da União (art. 43, CF). Questão incorreta.

**18. (CESPE / TCU - 2008) As riquezas minerais, como o petróleo, são bens da União.**

**Comentários:**

Questão correta. Fundamento: art. 20, IX, CF.

**19. (CESPE / Procurador Municipal de Natal - 2008) Os potenciais de energia hidráulica são bens comuns da União e dos estados onde se encontrem.**

**Comentários:**

Os potenciais de energia hidráulica são bens da União (art. 20, VIII, CF). Questão incorreta.

**20. (CESPE / ABIN - 2008) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de domínio das comunidades indígenas.**

**Comentários:**

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União (art. 20, XI, CF). Questão incorreta.

**21. (CESPE / ANTAQ - 2009) Considere a situação em que uma pessoa, ao cavar um poço artesiano no sítio de sua propriedade, tenha encontrado uma reserva de gás natural. Nesse caso, a reserva pertencerá à União, mas o proprietário terá, por força expressa de dispositivo constitucional, direito a participação no resultado da lavra.**

**Comentários:**

Reza o art. 176 da Constituição que as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou



aproveitamento, e **pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.** Questão correta.

**22. (CESPE / TRE-MS - 2013) O regime federal estabelecido pela CF concede autonomia aos estados-membros, ou seja, auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.**

**Comentários:**

Como entes federados, os estados-membros possuem autonomia, ou seja, capacidade de autoadministração, autogoverno e de normatização própria. Questão correta.

**23. (CESPE / TJ-RR - 2012) Compete à União, mediante lei complementar, instituir microrregiões, com a finalidade de promover a redução das desigualdades regionais.**

**Comentários:**

Determina a Carta Magna que os **Estados** poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, **para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum** (art. 25, § 3º, CF/88). Questão incorreta.

**24. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Espírito Santo é um órgão da União e, por isso, é subordinado à Presidência da República.**

**Comentários:**

O Espírito Santo é um ente da federação autônomo, sem qualquer subordinação à Presidência da República. Questão incorreta.

**25. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Poder Executivo do Espírito Santo é chefiado pelo governador desse estado.**

**Comentários:**

O Chefe do Executivo do Espírito Santo, como o de qualquer Estado da federação, é o Governador. Questão correta.

**26. (CESPE / TJ-AL - 2012) Os municípios gozam de certa autonomia que permite, em função das regras e princípios de autogoverno, contar com poderes Executivo e Legislativo eleitos pela população, mas não com Poder Judiciário próprio.**

**Comentários:**

De fato, não há Poder Judiciário municipal. Questão correta.

**27. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os municípios têm autonomia administrativa, política e financeira, mas não autonomia normativa.**

**Comentários:**

Os municípios, como entes da federação, dispõem, também de autonomia normativa (autolegislação). Questão incorreta.

**28. (CESPE / TJ-PI - 2012) Compete às constituições estaduais fixar os subsídios dos prefeitos e dos vice-prefeitos, de maneira a evitar anomalias e discrepâncias remuneratórias entre os municípios de um mesmo estado-membro.**

**Comentários:**

Determina o art. 29, V, da Constituição Federal que os subsídios dos prefeitos e dos vice-prefeitos são fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal. Questão incorreta.

**29. (CESPE / TJ-AL - 2012) As eleições para prefeito e vice-prefeito dos municípios com mais de duzentos mil eleitores ocorrerão, necessariamente, em dois turnos, caso nenhum dos candidatos alcance a maioria absoluta dos votos validamente emitidos no primeiro turno, aí computados os votos em branco, mas não os nulos.**

**Comentários:**

Não se computam nem os votos em branco nem os nulos (art. 29, II, c/c art. 77, § 2º, CF). Questão incorreta.

**30. (CESPE / DPE-AL - 2009) Os territórios, quando criados, podem ser divididos em municípios, aos quais não serão aplicadas as regras de regência dos demais municípios, já que estarão inseridos em território federal, considerado como descentralização administrativa da União.**

**Comentários:**

Os municípios têm sua autonomia garantida pela Constituição, mesmo que façam parte de um Território. Questão incorreta.

**31. (CESPE / MPS - 2010) O DF acumula as atribuições referentes à competência legislativa reservada aos estados e aos municípios.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 32, §1º da Constituição Federal. Questão correta.

**32. (CESPE / ANATEL - 2012) Ao Distrito Federal é assegurada autonomia para organizar e manter seu Poder Judiciário.**

**Comentários:**

O Poder Judiciário do Distrito Federal é organizado e mantido pela União. Questão incorreta.

**33. (CESPE / TJ-PI - 2012) De acordo com a CF, os territórios federais, uma vez criados, não elegem representantes para o Senado Federal, mas sua população tem a prerrogativa de eleger quatro deputados para representá-la na Câmara dos Deputados.**

**Comentários:**

De fato, os Territórios não elegem senadores, mas sua população tem a prerrogativa de eleger quatro deputados federais (CF, art. 45, § 2º). Questão correta.

**34. (CESPE / MPS - 2010) De acordo com a CF, os territórios podem ser divididos em municípios.**

**Comentários:**

De fato, a Constituição permite tal divisão (art. 33, § 1º). Questão correta.

**35. (CESPE / TJ-AL - 2012) O Distrito Federal, assim como os territórios, não pode ser dividido em municípios.**

**Comentários:**

O DF não pode ser dividido em municípios, mas os territórios sim! Questão incorreta.

**36. (CESPE / TJ-PI - 2012) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formar novos estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, estando o Congresso Nacional vinculado ao resultado da consulta popular.**

**Comentários:**

O resultado do plebiscito é vinculante apenas caso seja desfavorável, pois torna a modificação territorial impossível. Já quando favorável, a decisão final sobre a modificação territorial é do Congresso Nacional, pois este poderá editar ou não a lei complementar. Questão incorreta.

**37. (CESPE / OAB - 2010) No tocante às hipóteses de criação de estados-membros, previstas na CF, assinale a opção correta.**

- a) Na fusão, dois ou mais estados unem-se, geograficamente, para a formação de um novo estado, o que implica perda da personalidade primitiva.
- b) Na cisão, o estado subdivide-se em dois ou mais estados membros, com personalidades distintas, mantendo o estado originário sua personalidade jurídica.
- c) No desmembramento para a formação de novo estado, o estado originário perde sua identidade, para formar um novo estado com personalidade jurídica própria.
- d) No desmembramento para a anexação de outro estado, a parte desmembrada constituirá novo estado, com identidade própria.

**Comentários:**

A letra A está correta. Na fusão, os dois ou mais estados que se fundem dão origem a um novo, com personalidade jurídica própria. Exemplo: se Tocantins e Goiás se fundirem, darão origem a um terceiro Estado, com personalidade jurídica diferente daquelas dos estados de origem.

A letra B está errada. Na cisão, cada subdivisão forma um Estado com personalidade jurídica diferente da primitiva. Exemplo: O Pará pode sofrer cisão e deixar de existir, surgindo dois novos estados, cada um com personalidade jurídica própria.

A letra C está errada. No desmembramento-formação, o estado perde parcela do seu território, que dá origem a um novo estado. Fica mantida a personalidade jurídica do estado originário (é o conceito da letra b). Foi o que aconteceu com Goiás, quando da origem do estado do Tocantins.

A letra D também está errada. No desmembramento para a anexação de outro estado, a parte desmembrada passará a fazer parte do Estado ao qual se anexou. Exemplo: o Pará pode perder parte de seu território para o Tocantins, desmembrando-se para anexação de território a este último.

Nesse caso, tanto Pará quanto Tocantins continuarão a existir, mas a parte desmembrada fará parte do território tocantinense.

**38. (CESPE / MPS - 2010) Para a criação de um novo estado na Federação brasileira, é necessária a realização de plebiscito nacional, de forma a garantir o equilíbrio federativo.**

**Comentários:**

Não há necessidade de plebiscito nacional, mas apenas regional, para consulta às populações diretamente interessadas. Questão incorreta.

**39. (CESPE / MPU - 2010) Considere que determinado estado da Federação tenha obtido aprovação tanto de sua população diretamente interessada, por meio de plebiscito, como do Congresso Nacional, por meio de lei complementar, para se desmembrar em dois estados distintos. Nesse caso, foi cumprida a exigência imposta pela Constituição para incorporação, subdivisão, desmembramento ou formação de novos estados ou territórios federais.**

**Comentários:**

Relembremos os **requisitos** estabelecidos pela Constituição para a formação de novos Estados ou Territórios federais:

- Consulta prévia, por plebiscito, às populações diretamente interessadas;
- Oitiva das Assembleias Legislativas dos estados;
- Edição de lei complementar pelo Congresso Nacional.

Considerando que a oitiva das Assembleias Legislativas não tem caráter vinculante, **foram cumpridos todos os requisitos** para a incorporação, subdivisão, desmembramento ou formação de novos estados ou territórios federais. Questão correta.

**40. (CESPE / Procurador – Prefeitura de Boa Vista - 2010) Nas consultas plebiscitárias para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, deve-se consultar a população dos territórios diretamente afetados pela alteração. Nesse caso, a vontade popular é aferida pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.**

**Comentários:**

A questão está correta. Fundamento: art. 18, § 4º, que acabamos de estudar.

**41. (CESPE / Procurador Municipal de Natal - 2008) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de município devem ser feitos por lei estadual, observados os requisitos previstos na CF.**

**Comentários:**

A criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios devem ser feitos por lei ordinária estadual, observados os requisitos previstos em lei ordinária federal. Questão incorreta.

**42. (CESPE / TJ - RO – 2013) O Congresso Nacional vincula-se a pronunciamento plebiscitário quanto a transformação dos estados por incorporação entre si, por subdivisão ou desmembramento, quer para se anexarem a outros, quer para formarem novos estados ou territórios federais.**

**Comentários:**

O Congresso Nacional não se vincula ao pronunciamento plebiscitário. Mesmo que o resultado do plebiscito seja favorável à incorporação, subdivisão ou desmembramento, o Congresso poderá decidir não editar a lei complementar. Questão incorreta.

**43. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) A divisão político-administrativa interna da Federação brasileira é imutável.**

**Comentários:**

A Constituição **permite que haja modificações** na divisão político-administrativa interna da RFB, por meio da formação de novos Estados, Territórios e Municípios ou de sua fusão ou incorporação de uns pelos outros. Questão incorreta.

**44. (CESPE / MPE-RN - 2009) É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.**

**Comentários:**

A vedação à manutenção de relações ou alianças com os cultos religiosos ou igrejas não é absoluta. A Constituição ressalva, na forma da lei, a colaboração de interesse público (art. 19, I, CF). Questão incorreta.



**45. (CESPE / MS – 2013) Pelo princípio da isonomia federativa, é vedado à União, aos estados-membros, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios criar distinções entre os brasileiros, bem como criar preferências entre si.**

**Comentários:**

De fato, os entes federativos não podem criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. É o princípio da isonomia federativa, que está prevista no art. 19, III, CF/88. Questão correta.

**46. (CESPE / PC-BA – 2013) Recusar fé aos documentos públicos inclui-se entre as vedações constitucionais de natureza federativa.**

**Comentários:**

Os entes federativos não podem recusar fé aos documentos públicos, conforme art. 19, II, CF/88. Questão correta.

**47. (CESPE / DEPEND – 2013) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, ficando dispensada a atuação do Congresso Nacional.**

**Comentários:**

A atuação do Congresso Nacional, por meio da edição de lei complementar, é indispensável a qualquer alteração na estrutura da federação. Questão incorreta.

**48. (CESPE / PRF – 2012) Um estado da Federação que possua cinquenta e um deputados federais possuirá, necessariamente, setenta e seis deputados estaduais.**

**Comentários:**

O número de deputados estaduais é o triplo do número de deputados federais e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. Assim, temos a seguinte conta:

Número de Deputados estaduais =  $3 \times 12 + (51-12)$

Numero de Deputados estaduais =  $36 + 39 = 75$  Deputados Estaduais.


Questão incorreta.

## Intervenção

### 1- Intervenção Federal:

A **autonomia** dos entes federados poderá ser **temporariamente suprimida**, em algumas situações excepcionais, determinadas **taxativamente** pela Constituição. Nesses casos, haverá intervenção da União sobre Estados ou Distrito Federal ou sobre Municípios situados em Territórios (a chamada intervenção federal) ou, ainda, intervenção do Estado em seu Município (intervenção estadual).

A intervenção pode ser conceituada, portanto, como um mecanismo de supressão temporária da autonomia política de um ente federativo, **típico de um Estado federal**. Trata-se de **elemento de estabilização constitucional**, devendo ser utilizado quando o princípio federativo estiver em risco. Segundo o STF, a intervenção, por ser medida de caráter excepcional, é limitada pelo princípio da proporcionalidade.

	Somente pode ser decretada <b>intervenção federal</b> em <b>Municípios localizados em Territórios Federais</b> . A intervenção em Município situado em um Estado não poderá ser decretada pela União; trata-se de caso em que é cabível intervenção estadual.
-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A competência para decretar intervenção é do **Chefe do Poder Executivo**. No caso de intervenção federal, a tarefa será do Presidente da República; já na intervenção estadual, a competência é do Governador.

As hipóteses de **intervenção federal** nos Estados são dispostas em **rol taxativo** ("numerus clausus") no art. 34 da CF:

**Art. 34.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

**I** - manter a integridade nacional;

**II** - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

**III** - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

**IV** - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

**V** - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

**a)** suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

**b)** deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

**VI** - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

**VII** - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

**a)** forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

**b)** direitos da pessoa humana;

**c)** autonomia municipal;

**d)** prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

**e)** aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Nos casos previstos no **art. 34, I, II, III e V**, o **Presidente da República age de ofício**, independentemente de provocação. É a chamada **intervenção federal espontânea**.

Já no caso do **art. 34, IV, VI e VII**, a decretação de intervenção pelo Presidente da República **depende de provocação**. Nessas situações, o Presidente não decreta a intervenção de ofício: ele precisa ser provocado. É o que se chama de **intervenção federal provocada**.

Quando houver **coação ou impedimento ao livre exercício do Poder Executivo e Legislativo** (art. 34, IV), a intervenção dependerá de **solicitação**, ao Presidente da República, do Poder que está sofrendo a coação ou o impedimento. Caberá ao Presidente decidir acerca da conveniência e oportunidade de atender ao pedido. A decretação da intervenção, portanto, será ato discricionário.

Por outro lado, quando houver **coação ou impedimento ao livre exercício do Poder Judiciário** em uma unidade da federação (art.34, II), a intervenção dependerá de **requisição do STF**. Nesse caso, como se trata de "requisição", a decretação de intervenção será um **ato vinculado** do Presidente da República. Havendo requisição, o Presidente **deverá** decretar a intervenção federal.

A **requisição** também irá ocorrer para **prover a execução de ordem ou decisão judicial** (art.34, VI). Esse será o caso em que houve

descumprimento de ordem emanada do Poder Judiciário. A competência para proceder à requisição dependerá de onde emanou a decisão judicial que está sendo descumprida. Assim, a **requisição será feita**:

- a)** Pelo TSE, no caso de descumprimento de ordem ou decisão da justiça eleitoral;
- b)** Pelo STJ, no caso de descumprimento de ordem ou decisão do STJ;
- c)** Pelo STF, no caso de descumprimento de ordem ou decisão do próprio STF, da justiça do trabalho ou da justiça militar.

A competência para proceder à requisição também será do **STJ** quando a **decisão descumprida for da Justiça Federal ou da Justiça Estadual, salvo quando** estiver relacionada a alguma questão constitucional.

Ressalte-se, mais uma vez que, diante de requisição, o Presidente da República **deverá decretar a intervenção federal**, não cabendo qualquer considerando acerca da conveniência e oportunidade do ato.

Finalmente, ainda existem casos em que a intervenção provocada dependerá do **provimento, pelo STF, de representação do Procurador-Geral da República** (PGR). São as hipóteses do art. 34, VI, 1ª parte ("prover a execução de lei federal") e do art. 34, VII (assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis). Nessas situações, o Procurador-Geral da República irá **efetuar representação junto ao STF; caso haja provimento** da representação pela Corte Suprema, será dada **ciência ao Presidente da República** para que, no prazo improrrogável de 15 dias, seja decretada a intervenção.

A representação do PGR para prover a execução de lei federal é chamada de **ação de executoriedade de lei federal**. Por sua vez, a representação do PGR para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis é denominada **Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva** (ADIN Interventiva).

A doutrina considera que a ADIN Interventiva é uma ação que possui **duplo efeito**:

- a) efeito jurídico**: invalidação do ato que violou um princípio constitucional sensível.
- b) efeito político**: abre caminho para a decretação de intervenção pelo Presidente da República.

## **2- Intervenção Estadual:**

As **hipóteses** em que os **Estados poderão intervir em seus Municípios** ou a **União poderá intervir nos Municípios situados em seus Territórios** estão previstas no art. 35 da CF/88:

**Art. 35.** *O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:*

**I** - *deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;*

**II** - *não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;*

**III** - *não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;*

**IV** - *o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.*

A intervenção estadual é **medida excepcional**, uma vez que a regra é a autonomia municipal, que foi, inclusive, alçada ao status de princípio constitucional sensível. Em razão disso, a intervenção estadual somente poderá ocorrer nas hipóteses **taxativamente** elencadas no art. 35, CF/88. Como ato político que é, a intervenção estadual **compete ao Governador do Estado**.

No caso previsto no inciso IV, a **representação é formulada pelo Procurador-Geral de Justiça**. Caso haja provimento pelo Tribunal de Justiça, o Governador deverá decretar a intervenção federal. Por outro lado, caso seja negado provimento pelo Tribunal de Justiça, não haverá que se falar em intervenção.

Destaque-se, ainda, que a decisão do TJ que negar provimento à representação do Procurador-Geral de Justiça **não poderá ser objeto de recurso extraordinário ao STF**. Isso porque essa decisão não é jurídica, possuindo, ao contrário, **natureza político-administrativa**.

### 3 - O Controle Político na Intervenção:

Conforme já comentamos anteriormente, a intervenção federal será decretada pelo Chefe do Poder Executivo. Para isso, ele edita um decreto. É o chamado **decreto interventivo**, que especificará a **amplitude**, o **prazo** e as **condições de execução** e, se couber, **nomeará o interventor**.

Esse decreto será submetido à **apreciação do Congresso Nacional** (no caso de intervenção federal) ou da **Assembleia Legislativa** (no caso de intervenção estadual). A submissão do decreto ao Poder Legislativo irá ocorrer no **prazo de 24 horas**. Caso o Congresso ou a Assembleia Legislativa não estejam funcionando, será feita **convocação extraordinária**, no mesmo prazo de 24 horas.

Esse é, portanto, o **controle político** da intervenção, realizado pelo Poder Legislativo. Destaque-se que, caso haja a rejeição do decreto interventivo pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o Presidente da República ou o Governador deverá cessar a intervenção imediatamente.

O controle político do Poder Legislativo **está dispensado** nas seguintes situações:

- a) Intervenção federal para **prover a execução** de lei federal, ordem ou decisão judicial;
- b) Intervenção federal em caso de afronta aos **princípios sensíveis** da Constituição.

Nesses casos, estabelece a Constituição que, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o **decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado**, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade. Caso, porém, essa **medida não for suficiente** para restabelecer a normalidade, o **Presidente da República decretará a intervenção federal**, que será submetida ao controle político do Congresso Nacional. Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.



**49. (CESPE / TRE-ES – 2011) Tanto a decretação quanto a execução de intervenção federal são da competência privativa do presidente da República.**

#### **Comentários:**

O Presidente da República tem como atribuição decretar e executar a intervenção federal. Questão correta.

**50. (CESPE / DPE-SE – 2012) A intervenção da União em estado, para assegurar a observância dos chamados princípios**



**constitucionais sensíveis, depende do provimento, pelo STF, de representação interventiva ajuizada pelo procurador-geral da República.**

**Comentários:**

Quando há violação a um princípio constitucional sensível, o Procurador-Geral da República poderá ajuizar representação interventiva (ADIN Interventiva) no STF. Se o STF der provimento a essa representação, o Presidente da República deverá decretar a intervenção federal. Questão correta.

**51. (CESPE / DPE-SE – 2012) A intervenção federal decorre da hierarquia existente entre a União, os estados, o DF e os municípios.**

**Comentários:**

Não há hierarquia entre os entes federativos. Questão incorreta.

**52. (CESPE / TJ-RO – 2012) Caso sejam violados o sistema representativo e o regime democrático de um estado, o procurador-geral da República poderá, mediante representação ao Supremo Tribunal Federal (STF), requerer a intervenção federal nesse estado. Esse procedimento é denominado ação direta de inconstitucionalidade interventiva.**

**Comentários:**

O sistema representativo e o regime democrático são princípios constitucionais sensíveis e sua violação poderá dar ensejo à representação interventiva do PGR junto ao STF. Trata-se da chamada ADIN Interventiva. Questão correta.

**53. (CESPE / MPE-TO – 2012) A intervenção federal pode ser espontânea ou provocada; neste último caso, se a provocação for oriunda do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, o presidente da República será obrigado a intervir.**

**Comentários:**

Quando a provocação for do Poder Executivo ou do Poder Legislativo estadual, ela será feita na forma de solicitação. O Presidente terá, então, a **discricionariedade** para decretar ou não a intervenção federal. Questão incorreta.

**54. (CESPE / Advogado CEF– 2010) O procurador-geral da República poderá propor perante o STF ação de executoriedade de**

**lei federal ou representação por inconstitucionalidade para fins interventivos. Essas modalidades de intervenção passam por crivo judicial; no entanto, o presidente da República não está obrigado a decretar a intervenção.**

**Comentários:**

Tanto a ação de executoriedade de lei federal quanto a ADIN Interventiva são apreciadas pelo STF. Caso a elas seja dado provimento pela Corte Suprema, o Presidente **deverá decretar a intervenção federal**. Questão incorreta.

**55. (CESPE / AGU – 2010) São princípios constitucionais sensíveis a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático, os direitos da pessoa humana, a autonomia municipal e a prestação de contas da administração pública direta e indireta.**

**Comentários:**

Todos esses são princípios constitucionais sensíveis, conforme art. 34, VII, CF/88. Questão correta.

**56. (CESPE / TCU - 2004) A decretação de intervenção da União no estado que suspender, sem motivo de força maior, o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos tem por pressuposto o provimento pelo STF de representação proposta pelo procurador-geral da República.**

**Comentários:**

Nesse caso, a intervenção é **espontânea**, agindo o Presidente da República de ofício. Questão incorreta.

**57. (CESPE / TCE-PE - 2004) Acerca da intervenção nos municípios, é juridicamente correto afirmar que as hipóteses dela são taxativamente previstas na Constituição Federal, que o ato de decretação é de natureza política, a cargo do governador do estado; que somente pode ser decretada pelo estado, salvo no caso de município situado em território federal; que, em alguns casos, depende de julgamento prévio por parte do tribunal de justiça e que, decretada a intervenção, deverá a assembleia legislativa apreciá-la, deliberando por maioria simples.**

**Comentários:**

Puxa vida, o examinador fez o meu trabalho: resumiu tudo que precisamos guardar sobre a intervenção nos municípios. Questão correta.

**58. (CESPE / TRE-MS - 2013) A União poderá intervir diretamente nos municípios situados nos estados-membros.**

**Comentários:**

A União só pode intervir diretamente nos municípios situados em Territórios, jamais naqueles situados nos Estados-membros. Questão incorreta.

**59. (CESPE / TJ-PI - 2007) Em caso de descumprimento de decisão judicial proferida pelo TJPI, caberá, em qualquer hipótese, ao STJ a requisição de intervenção federal no estado.**

**Comentários:**

Se a decisão judicial envolver matéria constitucional, o STF é que irá requisitar a intervenção. Questão incorreta.

**60. (CESPE / TJ-PI - 2007) É indispensável a participação do Congresso Nacional na hipótese de intervenção da União no estado, quando esse se nega a promover a execução de lei federal.**

**Comentários:**

Nesse caso, segundo o § 3º do art. 36 da Constituição, é dispensada a apreciação do Congresso Nacional. Questão incorreta.

## Repartição de competências

### 1- Repartição de competências e a federação brasileira:

Na federação, o poder político é descentralizado; os entes federados são dotados, portanto, de **autonomia política**. E essa autonomia dos entes federativos pressupõe a existência de uma repartição de competências.

O Estado federal tem como uma de suas principais características, portanto, a existência de uma **repartição constitucional de competências**: a Constituição Federal delimita as atribuições de cada um dos entes federativos. Nesse sentido, a repartição constitucional de competências pode ser considerada como um **elemento fundamental da federação**.

O objetivo da repartição de competências na CF/88 é **dividir o poder político** entre os entes federados de forma racional e equilibrada, garantindo o **federalismo de equilíbrio** entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao repartir competências entre os entes federativos,

a Constituição está harmonizando a convivência entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como viabilizando o pacto federativo.<sup>15</sup>

A repartição de competências é baseada em dois princípios: **i)** princípio da predominância do interesse; e **ii)** princípio da subsidiariedade.

Segundo o **princípio da predominância do interesse**, a União cuidará das matérias de predominância do **interesse geral (nacional)**; aos Estados, caberão as matérias de **interesse regional**; e aos Municípios, caberão as matérias de **interesse local**. Como exemplos da aplicação do princípio da predominância do interesse, citamos os seguintes:

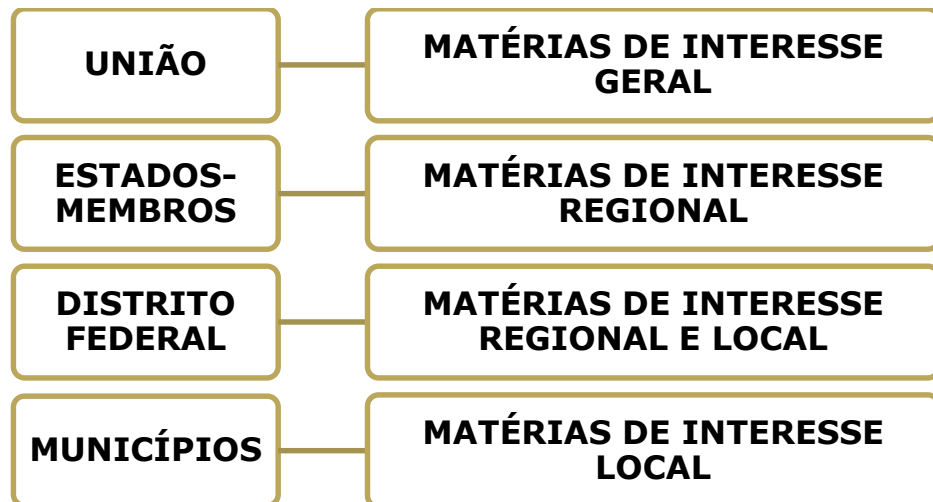
- a)** emissão de moeda: o interesse predominante é o nacional, logo, a competência é da União.
- b)** assegurar a defesa nacional: o interesse predominante é o nacional, logo, a competência é da União.
- c)** fixação do horário de funcionamento de agências bancárias: como está em jogo o sistema financeiro nacional, o interesse é geral e, portanto, a competência é da União.
- d)** fixação do horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais: como o interesse é local, a competência é dos Municípios.

O **princípio da subsidiariedade**, por sua vez, se baseia na lógica de que, sempre que for possível, as questões devem ser resolvidas pelo **ente federativo que estiver mais próximo da tomada de decisões**. Como exemplo, citamos as competências para dispor sobre transporte.

- a)** A exploração do transporte municipal é matéria de competência dos Municípios. Veja que cada Município consegue regular satisfatoriamente o transporte urbano (municipal).
- b)** A exploração do transporte intermunicipal é matéria de competência dos Estados. Perceba que um Município (sozinho) não consegue regular o transporte intermunicipal (o qual envolve mais de um Município). Portanto, o ente federativo que consegue cumprir satisfatoriamente essa tarefa são os Estados.
- c)** A exploração dos serviços de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de passageiros é competência da União. Veja que um Estado (sozinho) não consegue regular satisfatoriamente o

<sup>15</sup> MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. Ed. Juspodium, Salvador, 2013, pp. 453.

transporte interestadual e internacional; só a União conseguirá fazê-lo.



Na definição de José Afonso da Silva, **competência** é a “*faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, órgão, ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar as suas funções*”.

Há 2 (duas) **técnicas de repartição de competências**: i) repartição horizontal e; ii) repartição vertical.

Na **repartição horizontal**, a Constituição outorga aos entes federativos competência para atuar em áreas específicas, sem a interferência de um sobre o outro, sob pena de inconstitucionalidade. Esse tipo de repartição de competências é característico dos Estados que adotam um federalismo dual ou clássico.

Na **repartição vertical**, as competências serão exercidas em conjunto pelos entes federativos, que irão, portanto, atuar de forma coordenada. Esse tipo de repartição de competências é característica dos Estados que adotam um federalismo de cooperação ou neoclássico.

A Constituição Federal de 1988, ao repartir competências entre os entes federativos, **utilizou as 2 (duas) técnicas**. Ao definir as competências exclusivas e privativas da União, foi adotada a técnica de repartição horizontal; por sua vez, ao estabelecer as competências comuns e as competências concorrentes, resta caracterizada a repartição vertical. Por utilizar a repartição vertical de competências, diz-se que o Brasil adota um federalismo de cooperação ou neoclássico.

A repartição de competências na federação brasileira é, todavia, mais complexa do que isso. Ele é estruturada da seguinte forma:

- a) A CF/88 **enumera expressamente** as competências da **União** (arts. 21 e 22). As competências da União são **exclusivas** ou **privativas**. As competências exclusivas são indelegáveis, caracterizando-se por serem administrativas (estão relacionadas à prestação de serviços públicos pela União. Já as competências privativas são delegáveis, caracterizando-se por serem legislativas.
- b) A CF/88 **enumera expressamente** as competências dos **Municípios**. (art. 30).
- c) A CF/88 **não lista as competências dos Estados**. Por isso, diz-se que os Estados possuem competência remanescente. As matérias que não foram atribuídas pela CF/88 à União ou aos Municípios serão outorgadas aos Estados.
- d) A CF/88 estabelece **competências comuns**, que são de todos os entes federativos, em conjunto. Utilizou-se, aqui, da técnica de repartição vertical de competências.
- e) A CF/88 estabelece **competências concorrentes** entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Nas competências concorrentes, verticalmente repartidas, cabe à União estabelecer as normas gerais e aos Estados e Distrito Federal a competência suplementar.

Questionamento importante que se deve fazer é sobre a possibilidade ou não de alteração da repartição de competências por Emenda Constitucional. A repartição de competências é uma cláusula pétrea?

A doutrina considera que a repartição de competências **pode ser alterada por emenda constitucional**, **desde que** essa alteração não represente uma ameaça tendente a abolir a forma federativa de Estado (essa sim uma cláusula pétrea). Assim, apenas não seria válida uma emenda constitucional que reduzisse de forma substancial a autonomia de um ou mais entes federados.

## **2- Competências Exclusivas e Privativas da União:**

As competências exclusivas e privativas da União estão enumeradas, respectivamente, no art. 21 e art. 22 da Constituição Federal. Destaque-se que ambas são competências expressas (explícitas) no texto constitucional.

No art. 21, estão as chamadas **competências exclusivas** da União. Trata-se de competências de **natureza administrativa ou material**, isto é, estão relacionadas à prestação (execução) de serviços públicos pela União.



São competências **indelegáveis**: mesmo diante da omissão da União, não podem os demais entes federados atuar no âmbito dessas matérias.

Vejamos, a seguir, as competências exclusivas da União.

**Art. 21.** *Compete à União:*

**I** - *manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;*

A União é o ente federativo que detém a competência para **representar o Estado brasileiro no plano internacional**. Destaque-se que a soberania é atributo da República Federativa do Brasil; a União é ente dotado de autonomia.

**II** - *declarar a guerra e celebrar a paz;*

**III** - *assegurar a defesa nacional;*

**IV** - *permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;*

Esses três dispositivos estão relacionados à **defesa nacional**, cuja competência é exclusiva da União.

**V** - *decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;*

O estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal compõem o chamado sistema constitucional de crises. Trata-se de **elementos de estabilização constitucional**. O Presidente da República é a autoridade competente para decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

**VI** - *autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;*

Com base nesse dispositivo, o STF decidiu que **é inconstitucional lei estadual** que autoriza a **utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas**. Segundo a Corte, "a competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular." <sup>16</sup>

<sup>16</sup> STF, ADIN 3258. Rel. Min. Joaquim Barbosa. 06.04.2005.

**VII** - emitir moeda;

**VIII** - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

Com base no inciso VIII, o STF entende que **é inconstitucional lei estadual** que estabeleça a **obrigatoriedade de utilização**, pelas agências bancárias, de equipamento que atesta a autenticidade de cédulas.<sup>17</sup> Ora, se a competência para a fiscalização das operações de natureza financeira é competência exclusiva da União, não cabe aos Estados editar lei que estabeleça medida voltada para essa finalidade.

**IX** - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

**X** - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

O STF considera que, com base no inciso X, **é constitucional** a atribuição de monopólio do serviço postal à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.<sup>18</sup>

**XI** - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

O STF considera que **é inconstitucional** lei estadual ou distrital que **proíba** as empresas de telecomunicações de cobrarem **taxas para a instalação do segundo ponto de acesso** à internet.<sup>19</sup>

Ainda com base nesse dispositivo, o STF entende que **é inconstitucional** lei estadual ou distrital que estabeleça a possibilidade de **acúmulo das franquias** de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia, determinando a transferência dos minutos não utilizados no mês de sua aquisição, enquanto não forem utilizados, para os meses subsequentes.

**XII** - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

<sup>17</sup> STF, ADIN 3515, Rel. Min. Cezar Peluso. 01.08.2011

<sup>18</sup> STF, ADPF 46, Rel. Min. Eros Grau. 05.08.2009.

<sup>19</sup> STF, ADIN 4083. Rel. Min. Carmen Lucia. 25.11.2010

- a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;
- b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
- c) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;
- d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
- e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

Nesse dispositivo, estão enumerados diversos serviços públicos da competência da União. Destaque-se que todos eles poderão ser **explorados diretamente pela União** ou, então, por meio de **autorização, concessão ou permissão** (exploração indireta).

**XIII** - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;

**XIV** - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

Esse dois dispositivos são muito importantes e com grandes chances de serem cobrados em prova. Com base neles, a doutrina entende que o Distrito Federal tem uma **autonomia parcialmente tutelada pela União**.

Fiquem atentos para o fato de que, desde a Emenda Constitucional nº 69/2012, a **Defensoria Pública do DF** passou a ser **organizada e mantida pelo próprio Distrito Federal**.

**XV** - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

**XVI** - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

**XVII** - conceder anistia;

Com base no inciso XVII, o STF considerou que a **Lei da Anistia**, que concedeu anistia àqueles que cometeram crimes durante a época da ditadura, é constitucional.<sup>20</sup>

Destaque-se que a concessão de **anistia para crimes** é competência da **União**; por outro lado, a concessão de anistia para **infrações administrativas de servidores públicos estaduais** é competência dos **Estados**.

**XVIII** - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

**XIX** - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

**XX** - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

**XXI** - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

**XXII** - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

Com base no inciso XXII, a **Polícia Federal** é o órgão que executa os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

**XXIII** - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

<sup>20</sup> ADPF 153, Rel. Min. Eros Grau. 29.04.2010

**XXIV** - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

**XXV** - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

A União detém o **monopólio estatal** sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de **minérios nucleares e seus derivados**.

...

No art. 22, estão as **competências privativas** da União. São competências **legislativas**, isto é, estão relacionadas à edição de normas pela União. São competências **delegáveis**.

Vejamos, a seguir, as competências privativas da União.

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

**I** - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Há farta jurisprudência sobre esse dispositivo. Citamos, a seguir, as mais importantes para sua prova:

**a)** A União tem competência privativa para legislar sobre **direito penal**, inclusive sobre **crimes de responsabilidade**. Segundo a Súmula STF nº 722, "são da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento".

**b)** Segundo o STF, **é inconstitucional** a lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão, sobretudo quando esta diga à segurança de trânsito.<sup>21</sup> Assim, não pode uma **lei estadual regulamentar a profissão de motoboy**, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho.

**c)** Segundo o STF, **é inconstitucional** lei estadual que limita o valor das quantias cobradas pelo uso de estacionamento. A inconstitucionalidade da lei estadual se deve ao fato de que é competência privativa da União legislar sobre direito civil.

**d)** Segundo o STF **é inconstitucional** lei estadual que dispõe sobre atos de juiz, direcionando sua atuação em face de situações

<sup>21</sup> ADI 3610. Rel. Min. Cezar Peluso. 01.08.2011

específicas<sup>22</sup>. Isso porque compete privativamente à União legislar sobre **direito processual**.

**e)** Segundo o STF, **é inconstitucional** lei estadual que disciplina o valor que deve ser dado a uma causa<sup>23</sup>. Novamente, a razão para isso é o fato de que a União tem competência privativa para legislar sobre direito processual.

**II** - desapropriação;

**III** - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

**IV** - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

**V** - serviço postal;

**VI** - sistema **monetário** e de medidas, títulos e garantias dos metais;

**VII** - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

**VIII** - comércio exterior e interestadual;

**IX** - diretrizes da política nacional de transportes;

**X** - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

Esses dispositivos poderão ser cobrados na prova em sua literalidade.

**XI** - trânsito e transporte;

A União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte. Logo, **são inconstitucionais**:

**a)** lei estadual ou distrital que estabeleça a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança;

**b)** lei estadual ou distrital que comine penalidades a quem seja flagrado em estado de embriaguez na condução de veículo automotor;


<sup>22</sup> ADI 2.257, Rel. Min. Eros Grau, j. 06.04.05, DJ de 26.08.05.

<sup>23</sup> ADI 2.655, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 09.03.04, DJ de 26.03.04.



**c)** lei estadual ou distrital que dispõe sobre instalação de aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico de controle de velocidade de veículos automotores nas vias do Distrito Federal;

**d)** lei estadual ou distrital que torna obrigatório a qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias.

	<p>Muito cuidado na hora da prova!</p> <p>É <b>competência privativa</b> da União <b>LEGISLAR</b> sobre trânsito e transporte.</p> <p>É <b>competência comum</b> da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar <b>política de educação para a segurança do trânsito</b>.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**XII** - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

**XIII** - nacionalidade, cidadania e naturalização;

**XIV** - populações indígenas;

**XV** - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

**XVI** - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

**XVII** - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

**XVIII** - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

**XIX** - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

Esses dispositivos poderão ser cobrados em prova na sua literalidade.

**XX** - sistemas de consórcios e sorteios;

Com base nesse dispositivo, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 2**: "É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, **inclusive bingos e loterias**".

**XXI** - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

**XXII** - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

**XXIII** - seguridade social;

**XXIV** - diretrizes e bases da educação nacional;

**XXV** - registros públicos;

**XXVI** - atividades nucleares de qualquer natureza;

É preciso estarmos atentos para **algumas pegadinhas** que podem ser feitas pela banca examinadora:

a) É **competência privativa** da União legislar sobre **seguridade social**. No entanto, legislar sobre **previdência social** é **competência concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24).

b) É **competência privativa** da União legislar sobre **diretrizes e bases da educação nacional**. No entanto, legislar sobre **educação** é **competência concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24).

**XXVII** - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

**XXVIII** - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

**XXIX** - propaganda comercial.

**Parágrafo único.** Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

As **normas gerais de licitação e contratação** são da competência privativa da União. No entanto, normas específicas sobre licitação e contratos podem ser editadas pelos Estados.

...

O art. 22 relaciona as matérias cuja iniciativa privativa é da União, ou seja, os demais entes federados não podem legislar, mesmo diante **da omissão da União. Entretanto, é possível que Estados** e Distrito Federal (jamais Municípios!) **legislem sobre questões específicas** (nunca gerais!) dessas matérias, desde que a **União lhes delegue tal competência** por lei complementar. Nessa hipótese, Estados-membros e Distrito Federal apenas podem fazer o que foi permitido pela União via delegação legislativa, uma vez que a competência originária permanece exclusivamente dela, em caráter pleno.


Além disso, caso haja a delegação legislativa, esta deverá **contemplar todos os Estados-membros e o Distrito Federal**. Portanto, ao contrário da competência do art. 21 da CF, a competência do art. 22 é **delegável**. Na falta da delegação, é inconstitucional qualquer lei estadual ou do Distrito Federal que disponha sobre as matérias do art. 22 da Constituição.

Destaca-se ainda que nada impede que a União retome, a qualquer momento, sua competência, legislando sobre a matéria delegada. Isso porque a **delegação não se confunde com renúncia de competência**. Como se disse anteriormente, a competência originária permanece sendo da União.

Para Alexandre de Moraes, a delegação de assuntos da competência legislativa privativa da União aos Estados depende do cumprimento de **três requisitos**:

- a) Requisito formal:** a delegação deve ser objeto de **lei complementar** devidamente aprovada pelo Congresso Nacional;
- b) Requisito material:** só poderá haver delegação de um ponto específico da matéria de um dos incisos do art. 22 da CF/88, pois a delegação não se reveste de generalidade.
- c) Requisito implícito:** a proibição, constante do art. 19 da Carta Magna, de que os entes federativos criem preferências entre si, implica que a lei complementar editada pela União deverá delegar a matéria igualmente a todos os Estados, sob pena de ferir o pacto federativo.



	<p>O Prof. José Afonso da Silva classifica a <b>competência legislativa da União</b> em 3 (três) tipos:<sup>24</sup></p> <p><b>a)</b> Competência para legislar sobre <b>direito administrativo</b>. Abrange, dentre outras, a competência para legislar sobre desapropriação, requisições civis e militares, atividades nucleares, serviço postal, defesa civil e política de crédito, câmbio e seguro.</p> <p><b>b)</b> Competência para legislar sobre <b>direito material</b>, não administrativo, ou substancial. Compreende a competência para legislar sobre direito civil, comercial, penal, político-eleitoral (incluindo nacionalidade, cidadania e naturalização), agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, e do trabalho, populações indígenas, condições para o livre exercício de profissões e seguridade social.</p> <p><b>c)</b> Competência para legislar sobre <b>direito processual</b>. Compreende a competência para legislar sobre direito processual do trabalho, processual penal e processual civil.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 3- Competências Comuns:

O art. 23 trata de competências **comuns a todos os entes federativos**. São competência de **natureza administrativa** (material). Também é

<sup>24</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 35ª edição. Editora Malheiros, São Paulo, 2012. pp. 502-503.

chamada de competência concorrente administrativa, paralela ou cumulativa da União.

Vamos ler juntos o art. 23?

**Art. 23.** *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

**I** - *zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;*

**II** - *cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*

**III** - *proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*

**IV** - *impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;*

**V** - *proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;*

**VI** - *proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

**VII** - *preservar as florestas, a fauna e a flora;*

**VIII** - *fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;*

**IX** - *promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;*

**X** - *combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;*

**XI** - *registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;*

**XII** - *estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.*

**Parágrafo único.** *Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.*

Note que essas são matérias de **competência administrativa** de **todos os entes da Federação**, de forma solidária, com inexistência de subordinação em sua atuação. Trata-se tipicamente de **interesses difusos**, ou seja, interesses de toda a coletividade.

No que se refere à **lei complementar** prevista no parágrafo único do art. 23 da Constituição, nota-se que esta tem como finalidade **evitar conflitos e dispersão de recursos**, coordenando-se as ações dos entes federativos em prol de melhores resultados.

#### 4- Competência legislativa concorrente:

O art. 24 trata da chamada competência concorrente, que se caracteriza por ser uma **competência legislativa**. Vamos ler o artigo na íntegra?

**Art. 24.** *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

**I** - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

**II** - orçamento;

**III** - juntas comerciais;

**IV** - custas dos serviços forenses;

**V** - produção e consumo;

**VI** - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

**VII** - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

**VIII** - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**IX** - educação, cultura, ensino e desporto;

**X** - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

**XI** - procedimentos em matéria processual;



**XII** - previdência social, proteção e defesa da saúde;

**XIII** - assistência jurídica e Defensoria pública;

**XIV** - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

**XV** - proteção à infância e à juventude;

**XVI** - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**§ 1º** - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a **estabelecer normas gerais**.

**§ 2º** - A competência da União para legislar sobre normas gerais **não exclui a competência suplementar** dos Estados.

**§ 3º** - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

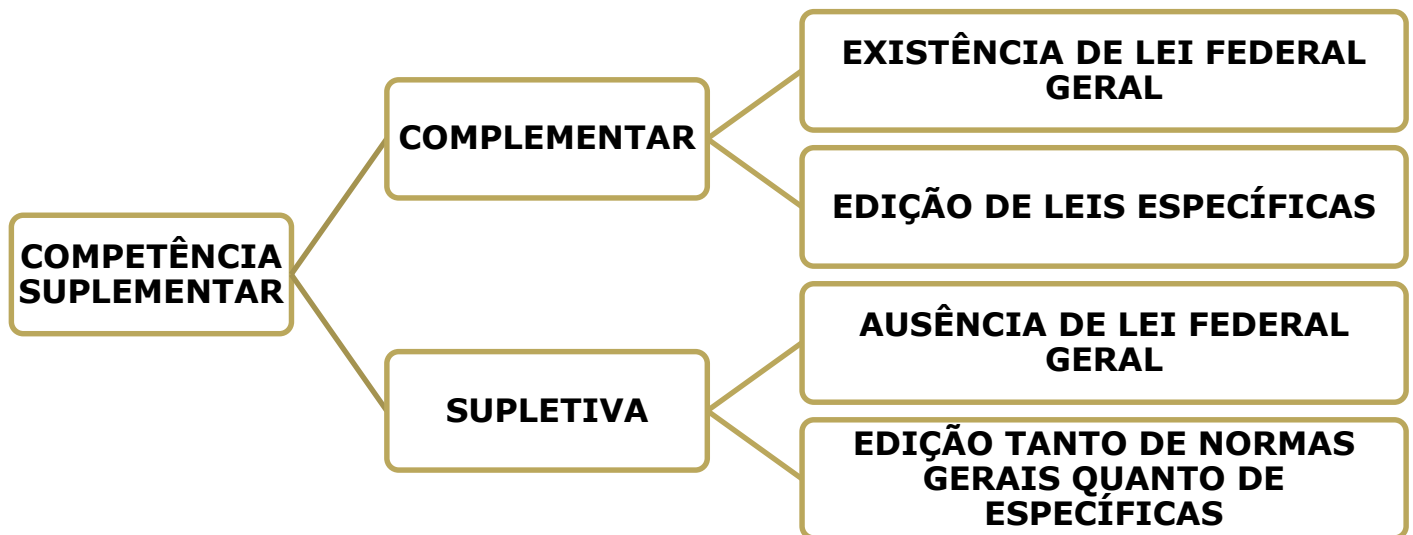
**§ 4º** - A superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário**.

A competência legislativa concorrente é atribuída à **União, aos Estados e ao Distrito Federal** (os Municípios não foram contemplados!). A competência da **União** está limitada ao estabelecimento de **regras gerais**. Fixadas essas regras, caberá aos Estados e Distrito Federal complementar a legislação federal (é a chamada **competência suplementar** dos Estados-membros e Distrito Federal).

Caso a **União não edite as normas gerais**, Estados e Distrito Federal exercerão **competência legislativa plena**, para atender a suas peculiaridades. Entretanto, caso a União posteriormente ao exercício da competência legislativa plena pelos Estados e Distrito Federal edite a regra geral, ela **suspenderá** a eficácia da lei estadual (veja que não se fala em revogação, mas em suspensão!) **apenas** no que for contrária àquela. Ocorre, então, um bloqueio de competência, não podendo mais o Estado legislar sobre normas gerais, como vinha fazendo.

Observa-se que a Carta Magna adotou o modelo de **competência concorrente não cumulativa**, em que há repartição vertical, isto é, dentro de um mesmo campo material reservou as regras gerais à União e deixou aos Estados a complementação. Na competência concorrente cumulativa (não adotada pela Carta Magna), não há limites prévios para o exercício da competência, que pode ser igualmente exercida por todos os entes federativos.

Outro ponto de destaque é que a **competência suplementar** dos Estados-membros e do Distrito Federal pode ser **dividida em duas espécies**: **i)** competência complementar e; **ii)** competência supletiva. A primeira dependerá de existência prévia de lei federal, a ser especificada pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal. Já a segunda, surgirá quando da inércia da União em editar a lei federal, permitindo aos Estados-membros e ao Distrito Federal exercerem a competência legislativa plena, tanto para a edição de normas de caráter geral quanto de normas específicas.



## 5- Competências dos Estados e do Distrito Federal:

A Constituição não lista taxativamente as competências dos Estados-membros, reservando-lhes a chamada **competência remanescente ou residual** (art. 25, §1º, CF):

**§ 1º** - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Essa técnica foi adotada originariamente pela Constituição norte-americana e, desde então, por todas as Constituições brasileiras, por privilegiar a autonomia dos Estados-membros em relação à União. Isso porque **permite que a maior parte das competências seja dos Estados**, uma vez que as **competências da União são listadas taxativamente**, enquanto as dos Estados-membros são indefinidas.

Entretanto, é errado afirmar que nenhuma competência dos Estados está expressa na Constituição. A Carta Magna enumera isoladamente algumas competências dos Estados. Veja quais são as mais cobradas em concursos, a partir da leitura das correspondentes normas constitucionais:

**Art. 25, § 2º** - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação;

**Art. 25, § 3º** - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**Art. 125.** Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Destaca-se, ainda, que a Constituição atribui ao **Distrito Federal** as **competências** legislativas, administrativas e tributárias **reservadas aos estados e aos municípios** (CF, art. 32, §1º).

Contudo, **há exceções** (competências estaduais que não foram atribuídas ao Distrito Federal). Os Estados possuem competência para organizar e manter seu Poder Judiciário, Ministério Público, polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar. No Distrito Federal, todas essas instituições são organizadas e mantidas pela União.

Também é importante destacar que **nem toda a competência residual foi atribuída aos Estados**. Há uma exceção: compete à **União** instituir os **impostos residuais**, não previstos na Constituição, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Carta Magna. Trata-se da chamada competência residual tributária. Nesse caso, competirá à União tanto legislar sobre o tema quanto exercer a capacidade tributária ativa.

## 6- Competências dos Municípios:

As competências dos Municípios são listadas, em sua maior parte, no artigo 30 da Constituição. Nele, há **competências materiais** (administrativas) e **legislativas**.

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

**III** - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

**IV** - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

**V** - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

**VI** - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

**VII** - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

**VIII** - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

**IX** - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

A **competência legislativa** dos municípios subdivide-se em exclusiva e suplementar:

**a) Competência exclusiva** para legislar sobre assuntos de interesse local (CF, art. 30, I);

**b) Competência suplementar**, para suplementar a legislação federal ou estadual, no que couber (CF, art. 30, II). Destaque-se que os Municípios poderão, inclusive, suplementar a legislação federal ou estadual que trate de matéria afeta à competência concorrente. É o caso, por exemplo, da legislação tributária municipal, que suplementa a legislação federal e estadual.

A **competência administrativa** dos Municípios autoriza sua atuação sobre matérias de interesse local, especialmente sobre aquelas constantes dos incisos III a IX do art. 30 da Carta Magna.

Questão complexa é definir exatamente o que é ou não considerado interesse local. A jurisprudência do STF já teve a oportunidade de se firmar em distintas situações relacionadas ao tema:

a) Segundo o STF, o Município é competente para fixar o **horário de funcionamento de estabelecimento comercial** (Súmula 645, STF). Esse

entendimento também abrange drogarias, farmácias e plantões obrigatórios destes.

**b)** O STF considera que o Município é competente para, dispondo sobre a segurança de sua população, impor a estabelecimentos bancários a **obrigação de instalarem portas eletrônicas**, com detector de metais, travamento e retorno automático e vidros à prova de balas.

Entende, ainda, a Corte, que o Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, art. 30, I), com o objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), equipamentos destinados a **proporcionar-lhes segurança** (tais como portas eletrônicas e câmaras filmadoras) ou a **propiciar-lhes conforto**, mediante oferecimento de instalações sanitárias, ou fornecimento de cadeiras de espera, ou, ainda, colocação de bebedouros. Não há, portanto, necessidade de que essa legislação municipal obedeça a diretrizes definidas em lei federal ou estadual, dado que a competência para tratar do assunto é do Município (AI 347.717-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 31-5-2005, Segunda Turma, DJ de 5-8-2005.).

**c)** O STF entende que a **fixação do horário de funcionamento das agências bancárias**, por estar relacionado ao sistema financeiro nacional, extrapola o interesse local. Portanto, **não é de competência dos Municípios**.

**d)** Segundo o STF, o Município é competente para legislar sobre **limite de tempo de espera em fila** dos usuários dos serviços prestados pelos **cartórios** localizados no seu respectivo território, sem que isso represente ofensa à competência privativa da União para legislar sobre registros públicos. Também entende a Corte que o Município possui competência para legislar sobre **tempo de atendimento em filas nos estabelecimentos bancários**, tratando-se de assunto de interesse local, o que não se confunde com a atividade-fim do banco.

**e)** É constitucional lei estadual que concede “meia passagem” aos estudantes nos transportes coletivos **intermunicipais**. Já no caso de serviço de **transporte local**, a competência para dispor a respeito é da **legislação municipal**.

**f)** **É inconstitucional** lei municipal que **obriga ao uso de cinto de segurança** e **proíbe transporte de menores de 10 anos no banco dianteiro** dos veículos, por ofender à competência privativa da União Federal para legislar sobre trânsito (CF, art. 22, XI).



**61. (CESPE/TCDF – 2014) A edição de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, em todas as modalidades, é competência privativa da União.**

**Comentários:**

Trata-se, de fato, de competência privativa da União (art. 22, XXVII, CF). Os Estados poderão editar normas específicas sobre esses assuntos, caso a União lhes delegue essa competência, por meio de lei complementar. Questão correta.

**62. (CESPE/SUFRAMA – 2014) Compete à União e aos estados assegurar a defesa nacional. Entretanto, cabe exclusivamente à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, situações nas quais representa a República Federativa do Brasil.**

**Comentários:**

A primeira assertiva está errada. Assegurar a defesa nacional é competência exclusiva da União: não se trata de competência dos Estados (art. 21, III, CF). A segunda parte do enunciado, todavia, está correta. De fato, compete exclusivamente à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I, CF), situação em que representa a República Federativa do Brasil. Questão incorreta.

**63. (CESPE/ Polícia Federal – 2014) A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios compõem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, cabendo aos municípios promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante, por exemplo, planejamento e controle do parcelamento do solo urbano.**

**Comentários:**

São entes da República Federativa do Brasil: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (art. 18, "caput", CF). De fato, compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, VIII, CF). Questão correta.



**64. (CESPE / Juiz Federal TRT 5ª Região – 2013) No que se refere à repartição de competências, a CF adotou exclusivamente a técnica da repartição horizontal.**

**Comentários:**

A Constituição não adotou apenas a técnica da repartição vertical, mas também a da repartição horizontal de competências. Questão incorreta.

**65. (CESPE / TCDF– 2013) A União, dentro do seu juízo discricionário, pode delegar, por meio de lei específica, assuntos de sua competência legislativa privativa a determinado estado da Federação, sem necessidade de estender essa delegação a todos os estados.**

**Comentários:**

Um requisito implícito para a delegação de competência privativa é o de que a lei complementar editada pela União deverá delegar a matéria igualmente **a todos os Estados**, sob pena de ferir o pacto federativo. Questão incorreta.

**66. (CESPE / AFT – 2013) Um estado-membro não pode editar norma específica de defesa do consumidor, por se tratar, segundo a CF, de tema inserido na competência privativa da União.**

**Comentários:**

Defesa do consumidor não é da competência privativa da União, mas sim da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Questão incorreta.

**67. (CESPE / AFT – 2013) Caso determinado estado-membro edite lei disciplinando o exercício da atividade laboral de transporte de bagagens nos terminais rodoviários de sua jurisdição, ele invadirá a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.**

**Comentários:**

É competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho. Logo, um estado-membro não pode editar lei disciplinando o exercício da atividade de transporte de bagagens, sob pena de invadir a esfera de atribuições da União. Questão correta.

**68. (CESPE / Juiz Federal TRF 2ª Região - 2013) Pertence privativamente à União a competência para legislar sobre direito comercial, tributário e financeiro.**

**Comentários:**

É competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre direito tributário e financeiro. Questão incorreta.

**69. (CESPE / TRE-MS - 2013) Cabe aos estados-membros estabelecer, em forma associativa, as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem.**

**Comentários:**

Trata-se de competência exclusiva da União (art. 21, XXV, CF). Questão incorreta.

**70. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) Os estados possuem competência legislativa suplementar em matéria de direito do trabalho, observadas as normas gerais estabelecidas pela União.**

**Comentários:**

Compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho. Os Estados apenas poderão legislar sobre questões específicas da matéria em caso de lei complementar nacional autorizadora. Questão incorreta.

**71. (CESPE / STJ - 2012) O estado-membro que editar lei proibindo a cobrança de tarifa de assinatura básica nos serviços de telefonia fixa e móvel agirá nos limites de sua competência, pois a CF atribuiu à União e aos estados a competência para legislar concorrentemente sobre telecomunicações.**

**Comentários:**

Trata-se de competência privativa da União, conforme o art. 22, IV, da Constituição Federal. Questão incorreta.

**72. (CESPE / STJ - 2012) Lei estadual que reservar espaço para o tráfego de motocicletas em vias públicas de grande circulação será constitucional, por tratar de tema inserido no âmbito da competência legislativa dos estados-membros.**

**Comentários:**

Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.  
Questão incorreta.

**73. (CESPE / STJ - 2012) A existência de lei municipal que legisle sobre trânsito e que imponha sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro é incompatível com a Constituição Federal de 1988 (CF).**

**Comentários:**

De fato, isso é incompatível com a CF, uma vez que esta determina que legislar sobre trânsito e transporte é de competência privativa da União.  
Questão correta.

**74. (CESPE / TRE-MS - 2013) Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito eleitoral.**

**Comentários:**

Trata-se de competência privativa da União (art. 22, I, CF). Questão incorreta.

**75. (CESPE / DPU - 2010). A elaboração de lei estadual que verse quanto à forma de como poderá ocorrer a desapropriação**

- a) É viável, caso sejam atendidas determinadas condições, por se tratar de competência exclusiva dos estados-membros.
- b) É inviável, por se tratar de competência privativa dos estados membros.
- c) É inviável, por se tratar de competência exclusiva dos municípios.
- d) É viável, se atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa da União.
- e) É viável, desde que atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa dos estados-membros.

**Comentários:**

A competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União. Assim, a União legislará sobre questões gerais, **podendo delegar aos Estados e ao Distrito Federal** competência para legislar sobre questões específicas, devendo tal delegação ser feita por **lei complementar**. Assim, a elaboração de lei estadual que disponha sobre questões específicas relacionadas à desapropriação é viável, desde que atendidas essas condições. A letra D é o gabarito da questão.

**76. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Ao legislar sobre normas gerais, a União, no que diz respeito à sua competência, não deixa margem de atuação legislativa para os estados-membros, caso o assunto tenha sido esgotado.**

**Comentários:**

A questão está errada. Ao legislar sobre normas gerais, a União deixa aos Estados e ao Distrito Federal a competência para complementar a legislação federal. A União não poderá esgotar o assunto quando a competência for concorrente, pois invadiria a competência dos Estados, uma vez que cabe a estes legislar sobre as questões específicas. Questão incorreta.

**77. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) É competência exclusiva da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.**

**Comentários:**

A competência da União para legislar sobre esses assuntos é privativa, não exclusiva. Fundamento: art. 22, I, CF. Questão incorreta.

**78. (CESPE / CNPq - 2011) De acordo com a CF, a competência para legislar sobre propaganda comercial é privativa da União.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 22, XXIX, da CF. Questão correta.

**79. (CESPE / STM - 2011) Compete privativamente à União legislar sobre matéria de direito penal, contudo, poderá ela, por meio de lei complementar, autorizar os estados-membros a legislar sobre questões específicas dessa matéria, relacionadas na Constituição Federal de 1988.**

**Comentários:**

Nesse caso, por ser esta competência privativa da União, esta poderá, por meio de lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria (art. 22, parágrafo único, CF). Questão correta.

**80. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.**

**Comentários:**

Trata-se de competência privativa da União (art. 22, IV, CF). Questão incorreta.

**81. (CESPE / ANTAQ - 2009) Compete concorrentemente à União, estados, Distrito Federal e municípios legislar sobre águas.**

**Comentários:**

Trata-se de competência privativa da União, conforme art. 22, IV, CF. Questão incorreta.

**82. (CESPE / ANTAQ - 2009) Compete privativamente à União legislar sobre direito marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 22, I, da CF. Questão correta.

**83. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) No tocante à organização do Estado brasileiro, a CF atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre consórcios e sorteios, razão pela qual é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual que institua loteria no âmbito do estado.**

**Comentários:**

É o que determina a súmula vinculante nº 2 do STF: "É inconstitucional a lei ou o ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias". Questão correta.

**84. (CESPE / TJ-AL - 2012) É terminantemente vedado aos estados-membros e ao Distrito Federal (DF) legislar sobre matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União.**

**Comentários:**

É possível que Estados e Distrito Federal (jamais Municípios) legislem sobre questões específicas (nunca gerais) dessas matérias, desde que a União lhes delegue tal competência por lei complementar. Questão incorreta.

**85. (CESPE / STM - 2011) No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre matéria acerca de normas gerais revoga a legislação estadual existente.**

**Comentários:**

No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende** (e não revoga!) a lei estadual existente. Questão incorreta.

**86. (CESPE / OAB-RJ - 2007) A superveniência de lei federal sobre normas gerais derroga a lei estadual, no que lhe for contrária.**

**Comentários:**

Reza a Constituição que a superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende** a lei estadual, no que lhe for contrária (art. 24, § 4º, CF). Questão incorreta.

**87. (CESPE / OAB - 2007) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, naquilo que lhe for contrária.**

**Comentários:**

É o que determina o § 4º do art. 24 da Constituição Federal. Questão correta.

**88. (CESPE / PREVIC - 2011) Segundo a CF, compete privativamente à União legislar sobre previdência social.**

**Comentários:**

Trata-se de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XII, CF). Questão incorreta.

**89. (CESPE / MPS - 2010) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 24, XII, da CF. Questão correta.

**90. (CESPE / OAB-RJ - 2007) A competência da União para legislar sobre normas gerais e específicas não exclui a competência suplementar dos estados.**

**Comentários:**

Determina o § 2º do art. 24 da Constituição que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. Note que a competência da União, no âmbito da legislação



concorrente, limita-se às normas gerais (art. 24, § 1º, CF), o que torna a questão incorreta.

**91. (CESPE / OAB - 2007) No que se refere às competências legislativas de caráter concorrente, os estados não exercerão competência legislativa plena, mesmo inexistindo lei federal.**

**Comentários:**

Determina o art. 24, § 3º, da Constituição, que inexistindo lei federal sobre normas gerais, **os Estados exercerão a competência legislativa plena**, para atender a suas peculiaridades. Questão incorreta.

**92. (CESPE / STF - 2008) Compete à União legislar sobre direito processual, mas não sobre procedimentos em matéria processual, o que seria de competência concorrente entre a União, os estados e o DF.**

**Comentários:**

De fato, é o que se depreende dos arts. 22, I, c/c art. 24, XI, da Constituição Federal. Questão correta.

**93. (CESPE / SEFAZ-ES - 2009) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro e econômico, e educação, cultura e ensino.**

**Comentários:**

De fato, todas essas matérias pertencem à competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, I e IX, CF). Questão correta.

**94. (CESPE / TRE-MS - 2013) Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.**

**Comentários:**

Reza a Constituição que a superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende a eficácia da lei estadual**, no que lhe for contrário. Não se tem, aqui, uma revogação, mas sim uma suspensão. Desse modo, caso a lei federal superveniente seja revogada, a lei estadual voltará a ter eficácia imediatamente. Questão incorreta.

**95. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Os estados-membros têm competência comum, não legislativa, e residual ou reservada. Neste**

**último caso, aos estados-membros estarão reservadas todas as competências que não sejam vedadas a eles, ou seja, as que não forem de competência expressa dos outros entes. Uma das competências expressamente reservadas aos estados-membros pela CF é a de explorar os serviços locais de gás canalizado, mediante concessão, na forma da lei, vedada a regulamentação da referida matéria por medida provisória.**

**Comentários:**

De fato, os estados possuem competência residual, ou seja, a eles estão reservadas todas as competências que não lhes foram vedadas pela Constituição. Isso não quer dizer que, no texto constitucional, não existam competências expressas dos estados. Um exemplo de competência expressa dos estados é a de explorar os serviços locais de gás canalizado. Questão correta.

**96. (CESPE / ABIN - 2010) Os estados podem explorar diretamente, ou mediante permissão, os serviços locais de gás canalizado e podem, inclusive, regulamentar a matéria por meio de medida provisória.**

**Comentários:**

O art. 25, § 2º, da Constituição, veda a regulamentação dessa matéria pelos Estados por meio de medida provisória. Questão incorreta.

**97. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Os estados, autônomos que são, têm competência legislativa própria, e a CF, assim como fez com os outros entes federados, dedicou artigo para enumerar, taxativamente, as matérias de sua competência.**

**Comentários:**

A competência legislativa dos estados-membros é residual ou reservada. Questão incorreta. Fundamento: art. 25, §1º, CF.

**98. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) No plano de suas atribuições administrativas e legislativas, os estados federados exercem competências remanescentes, razão pela qual estão inseridos na competência reservada dos estados-membros as atribuições que não constarem do rol de competências da União e dos municípios e que não pertencerem à competência comum a todos os entes federativos.**

**Comentários:**

O enunciado traz uma excelente definição do que são as competências remanescentes ou residuais dos Estados. Questão correta.

**99. (CESPE / MPS - 2010) Compete privativamente à União explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.**

#### **Comentários**

Trata-se de competência dos Estados, conforme art. 25, § 2º, da CF/88. Questão incorreta.

**100. (CESPE / TRT 1ª Região - 2008) Pela teoria dos poderes remanescentes, a competência legislativa da União decorre da exclusão dos assuntos taxativamente descritos na CF para os estados, o DF e os municípios.**

#### **Comentários:**

A competência remanescente, no ordenamento jurídico brasileiro, é dos Estados, e não da União. Questão incorreta.

**101. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Para regulamentar a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, pode ser utilizada pelos estados medida provisória, desde que prevista a sua edição na respectiva constituição estadual.**

#### **Comentários:**

A Constituição veda a utilização de medida provisória para tal fim (art. 25, § 2º). Questão incorreta.

**102. (CESPE / AUFC - 2009) No âmbito da organização federativa do Brasil, a competência material residual é sempre de competência dos Estados.**

#### **Comentários:**

O erro do enunciado é a palavra "sempre". Há uma exceção: compete à União instituir os impostos residuais, não previstos na Constituição, desde que sejam não cumulativos e tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Carta Magna (competência residual tributária). Questão incorreta.

**103. (CESPE / STJ - 2012) Compete aos municípios a criação, a organização e a supressão de distritos. Nesses três casos, devem**

**ser observadas as orientações constantes em lei do município correspondente.**

**Comentários:**

Versa a Constituição (art. 30, IV) que compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação **estadual**. Questão incorreta.

**104. (CESPE / TJ-CE - 2012) Os municípios dispõem de competência para suplementar exclusivamente a legislação estadual.**

**Comentários:**

Determina o art. 30, II, da Constituição que os municípios dispõem de competência para suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber. Questão incorreta.

**105. (CESPE / TJ-RR - 2012) Os municípios dispõem de competência para suplementar a legislação estadual, no que couber, mas não a legislação federal.**

**Comentários:**

Compete aos municípios suplementar tanto a legislação federal quanto a estadual, no que couber (art. 30, II, CF). Questão incorreta.

**106. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os municípios não possuem competência suplementar em matéria legislativa.**

**Comentários:**

Possuem sim! Reza o art. 30 da Constituição que compete aos Municípios **suplementar a legislação federal e a estadual no que couber**. Questão incorreta.

**107. (CESPE / PREVIC - 2011) A CF reconhece aos municípios a competência para criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.**

**Comentários:**

É o que dispõe o art. 30, IV da CF/88. Questão correta.

**108. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Compete ao município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado a que**

**ele pertence, programas de educação infantil e de ensino fundamental, bem como serviços de atendimento à saúde da população.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 30, VI, da Constituição. Questão correta.

**109. (CESPE / TJ-AL - 2012) Os municípios detêm a denominada competência legislativa suplementar, podendo, portanto, suplementar, no que couber, tanto a legislação federal quanto a estadual.**

**Comentários:**

A competência legislativa dos municípios subdivide-se em exclusiva e suplementar:

- Competência **exclusiva** para legislar sobre assuntos de interesse local (CF, art. 30, I);
- Competência **suplementar**, para suplementar a legislação federal ou estadual, no que couber (CF, art. 30, II).

Questão correta.

## LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE/CADE – 2014) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende os entes da Federação, que possuem a tríplice capacidade da autonomia: auto-organização, autogoverno e autoadministração.
2. (CESPE/Instituto Rio Branco – 2014) A ordem constitucional brasileira não admite o chamado direito de secessão, que possibilita que os estados, o Distrito Federal e os municípios se separem do Estado Federal, preterindo suas respectivas autonomias, para formar centros independentes de poder.
3. (CESPE/TJ-CE – 2014) São bens dos estados-membros os recursos minerais, inclusive os do subsolo, localizados em seus respectivos territórios.
4. (CESPE/TJ-CE – 2014) São Com o advento da CF ficou proibida a criação de novos territórios federais.
5. (CESPE/TJ-CE – 2014) São bens dos municípios os sítios arqueológicos localizado sem seus territórios.
6. (CESPE / MS – 2013) Os estados-membros se auto-organizam por meio do exercício de seu poder constituinte derivado-decorrente, mas não estão obrigados a observar os princípios federais extensíveis.
7. (CESPE / Juiz Federal TRT 5ª Região – 2013) Como o federalismo estabelecido na CF é assimétrico, é conferido aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, como entes federativos, o direito de secessão.
8. (CESPE / TJDF – 2013) Mesmo não sendo estado nem município, o Distrito Federal (DF) possui autonomia, parcialmente tutelada pela União.
9. (CESPE / TRE-MS - 2013) O Estado Federal brasileiro é concebido constitucionalmente como a união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal.
10. (CESPE / TRE-MS - 2013) A CF adotou como princípio da organização política brasileira a dissolubilidade do vínculo federativo.
11. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) Os municípios e os estados-membros da Federação brasileira são dotados de personalidade de direito internacional.



- 12. (CESPE / CNPq - 2011) A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são entes federativos, diferentemente dos territórios federais, que integram a União e não são dotados de autonomia.**
- 13. (CESPE / ANATEL - 2012) A cidade de Brasília é a capital federal, sendo vedada pela Constituição Federal a transferência da sede do governo federal para outra cidade.**
- 14. (CESPE / TJ-PI - 2012) O patrimônio da União é formado por bens indicados exemplificativamente na CF, incluídas todas as ilhas fluviais e lacustres em zonas limítrofes com outros países, praias marítimas e ilhas oceânicas e costeiras.**
- 15. (CESPE / TRE-MS - 2013) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem aos estados nas quais se situam.**
- 16. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os terrenos de marinha são bens dos municípios.**
- 17. (CESPE / TCU - 2011) De acordo com a CF, a União e os estados-membros podem criar regiões de desenvolvimento visando à redução das desigualdades regionais.**
- 18. (CESPE / TCU - 2008) As riquezas minerais, como o petróleo, são bens da União.**
- 19. (CESPE / Procurador Municipal de Natal - 2008) Os potenciais de energia hidráulica são bens comuns da União e dos estados onde se encontrem.**
- 20. (CESPE / ABIN - 2008) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de domínio das comunidades indígenas.**
- 21. (CESPE / ANTAQ - 2009) Considere a situação em que uma pessoa, ao cavar um poço artesiano no sítio de sua propriedade, tenha encontrado uma reserva de gás natural. Nesse caso, a reserva pertencerá à União, mas o proprietário terá, por força expressa de dispositivo constitucional, direito a participação no resultado da lavra.**
- 22. (CESPE / TRE-MS - 2013) O regime federal estabelecido pela CF concede autonomia aos estados-membros, ou seja, auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.**
- 23. (CESPE / TJ-RR - 2012) Compete à União, mediante lei complementar, instituir microrregiões, com a finalidade de promover a redução das desigualdades regionais.**

- 24. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Espírito Santo é um órgão da União e, por isso, é subordinado à Presidência da República.**
- 25. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Poder Executivo do Espírito Santo é chefiado pelo governador desse estado.**
- 26. (CESPE / TJ-AL - 2012) Os municípios gozam de certa autonomia que permite, em função das regras e princípios de autogoverno, contar com poderes Executivo e Legislativo eleitos pela população, mas não com Poder Judiciário próprio.**
- 27. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os municípios têm autonomia administrativa, política e financeira, mas não autonomia normativa.**
- 28. (CESPE / TJ-PI - 2012) Compete às constituições estaduais fixar os subsídios dos prefeitos e dos vice-prefeitos, de maneira a evitar anomalias e discrepâncias remuneratórias entre os municípios de um mesmo estado-membro.**
- 29. (CESPE / TJ-AL - 2012) As eleições para prefeito e vice-prefeito dos municípios com mais de duzentos mil eleitores ocorrerão, necessariamente, em dois turnos, caso nenhum dos candidatos alcance a maioria absoluta dos votos validamente emitidos no primeiro turno, aí computados os votos em branco, mas não os nulos.**
- 30. (CESPE / DPE-AL - 2009) Os territórios, quando criados, podem ser divididos em municípios, aos quais não serão aplicadas as regras de regência dos demais municípios, já que estarão inseridos em território federal, considerado como descentralização administrativa da União.**
- 31. (CESPE / MPS - 2010) O DF acumula as atribuições referentes à competência legislativa reservada aos estados e aos municípios.**
- 32. (CESPE / ANATEL - 2012) Ao Distrito Federal é assegurada autonomia para organizar e manter seu Poder Judiciário.**
- 33. (CESPE / TJ-PI - 2012) De acordo com a CF, os territórios federais, uma vez criados, não elegem representantes para o Senado Federal, mas sua população tem a prerrogativa de eleger quatro deputados para representá-la na Câmara dos Deputados.**
- 34. (CESPE / MPS - 2010) De acordo com a CF, os territórios podem ser divididos em municípios.**
- 35. (CESPE / TJ-AL - 2012) O Distrito Federal, assim como os territórios, não pode ser dividido em municípios.**

**36. (CESPE / TJ-PI - 2012) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formar novos estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, estando o Congresso Nacional vinculado ao resultado da consulta popular.**

**37. (CESPE / OAB - 2010) No tocante às hipóteses de criação de estados-membros, previstas na CF, assinale a opção correta.**

a) Na fusão, dois ou mais estados unem-se, geograficamente, para a formação de um novo estado, o que implica perda da personalidade primitiva.

b) Na cisão, o estado subdivide-se em dois ou mais estados membros, com personalidades distintas, mantendo o estado originário sua personalidade jurídica.

c) No desmembramento para a formação de novo estado, o estado originário perde sua identidade, para formar um novo estado com personalidade jurídica própria.

d) No desmembramento para a anexação de outro estado, a parte desmembrada constituirá novo estado, com identidade própria.

**38. (CESPE / MPS - 2010) Para a criação de um novo estado na Federação brasileira, é necessária a realização de plebiscito nacional, de forma a garantir o equilíbrio federativo.**

**39. (CESPE / MPU - 2010) Considere que determinado estado da Federação tenha obtido aprovação tanto de sua população diretamente interessada, por meio de plebiscito, como do Congresso Nacional, por meio de lei complementar, para se desmembrar em dois estados distintos. Nesse caso, foi cumprida a exigência imposta pela Constituição para incorporação, subdivisão, desmembramento ou formação de novos estados ou territórios federais.**

**40. (CESPE / Procurador – Prefeitura de Boa Vista - 2010) Nas consultas plebiscitárias para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, deve-se consultar a população dos territórios diretamente afetados pela alteração. Nesse caso, a vontade popular é aferida pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.**

**41. (CESPE / Procurador Municipal de Natal - 2008) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de município devem ser feitos por lei estadual, observados os requisitos previstos na CF.**

- 42. (CESPE / TJ - RO – 2013) O Congresso Nacional vincula-se a pronunciamento plebiscitário quanto a transformação dos estados por incorporação entre si, por subdivisão ou desmembramento, quer para se anexarem a outros, quer para formarem novos estados ou territórios federais.**
- 43. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) A divisão político-administrativa interna da Federação brasileira é imutável.**
- 44. (CESPE / MPE-RN - 2009) É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.**
- 45. (CESPE / MS – 2013) Pelo princípio da isonomia federativa, é vedado à União, aos estados-membros, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios criar distinções entre os brasileiros, bem como criar preferências entre si.**
- 46. (CESPE / PC-BA – 2013) Recusar fé aos documentos públicos inclui-se entre as vedações constitucionais de natureza federativa.**
- 47. (CESPE / DEPEND – 2013) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, ficando dispensada a atuação do Congresso Nacional.**
- 48. (CESPE / PRF – 2012) Um estado da Federação que possua cinquenta e um deputados federais possuirá, necessariamente, setenta e seis deputados estaduais.**
- 49. (CESPE / TRE-ES – 2011) Tanto a decretação quanto a execução de intervenção federal são da competência privativa do presidente da República.**
- 50. (CESPE / DPE-SE – 2012) A intervenção da União em estado, para assegurar a observância dos chamados princípios constitucionais sensíveis, depende do provimento, pelo STF, de representação interventiva ajuizada pelo procurador-geral da República.**
- 51. (CESPE / DPE-SE – 2012) A intervenção federal decorre da hierarquia existente entre a União, os estados, o DF e os municípios.**
- 52. (CESPE / TJ-RO – 2012) Caso sejam violados o sistema representativo e o regime democrático de um estado, o procurador-**

geral da República poderá, mediante representação ao Supremo Tribunal Federal (STF), requerer a intervenção federal nesse estado. Esse procedimento é denominado ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

**53. (CESPE / MPE-TO – 2012)** A intervenção federal pode ser espontânea ou provocada; neste último caso, se a provocação for oriunda do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, o presidente da República será obrigado a intervir.

**54. (CESPE / Advogado CEF– 2010)** O procurador-geral da República poderá propor perante o STF ação de excoecutoriedade de lei federal ou representação por inconstitucionalidade para fins interventivos. Essas modalidades de intervenção passam por crivo judicial; no entanto, o presidente da República não está obrigado a decretar a intervenção.

**55. (CESPE / AGU – 2010)** São princípios constitucionais sensíveis a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático, os direitos da pessoa humana, a autonomia municipal e a prestação de contas da administração pública direta e indireta.

**56. (CESPE / TCU - 2004)** A decretação de intervenção da União no estado que suspender, sem motivo de força maior, o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos tem por pressuposto o provimento pelo STF de representação proposta pelo procurador-geral da República.

**57. (CESPE / TCE-PE - 2004)** Acerca da intervenção nos municípios, é juridicamente correto afirmar que as hipóteses dela são taxativamente previstas na Constituição Federal, que o ato de decretação é de natureza política, a cargo do governador do estado; que somente pode ser decretada pelo estado, salvo no caso de município situado em território federal; que, em alguns casos, depende de julgamento prévio por parte do tribunal de justiça e que, decretada a intervenção, deverá a assembleia legislativa apreciá-la, deliberando por maioria simples.

**58. (CESPE / TRE-MS - 2013)** A União poderá intervir diretamente nos municípios situados nos estados-membros.

**59. (CESPE / TJ-PI - 2007)** Em caso de descumprimento de decisão judicial proferida pelo TJPI, caberá, em qualquer hipótese, ao STJ a requisição de intervenção federal no estado.

**60. (CESPE / TJ-PI - 2007)** É indispensável a participação do Congresso Nacional na hipótese de intervenção da União no estado, quando esse se nega a promover a execução de lei federal.

- 61. (CESPE/TCDF – 2014) A edição de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, em todas as modalidades, é competência privativa da União.**
- 62. (CESPE/SUFRAMA – 2014) Compete à União e aos estados assegurar a defesa nacional. Entretanto, cabe exclusivamente à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, situações nas quais representa a República Federativa do Brasil.**
- 63. (CESPE/ Polícia Federal – 2014) A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios compõem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, cabendo aos municípios promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante, por exemplo, planejamento e controle do parcelamento do solo urbano.**
- 64. (CESPE / Juiz Federal TRT 5ª Região – 2013) No que se refere à repartição de competências, a CF adotou exclusivamente a técnica da repartição horizontal.**
- 65. (CESPE / TCDF– 2013) A União, dentro do seu juízo discricionário, pode delegar, por meio de lei específica, assuntos de sua competência legislativa privativa a determinado estado da Federação, sem necessidade de estender essa delegação a todos os estados.**
- 66. (CESPE / AFT – 2013) Um estado-membro não pode editar norma específica de defesa do consumidor, por se tratar, segundo a CF, de tema inserido na competência privativa da União.**
- 67. (CESPE / AFT – 2013) Caso determinado estado-membro edite lei disciplinando o exercício da atividade laboral de transporte de bagagens nos terminais rodoviários de sua jurisdição, ele invadirá a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.**
- 68. (CESPE / Juiz Federal TRF 2ª Região – 2013) Pertence privativamente à União a competência para legislar sobre direito comercial, tributário e financeiro.**
- 69. (CESPE / TRE-MS - 2013) Cabe aos estados-membros estabelecer, em forma associativa, as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem.**
- 70. (CESPE / TRT 10ª Região - 2013) Os estados possuem competência legislativa suplementar em matéria de direito do trabalho, observadas as normas gerais estabelecidas pela União.**



**71. (CESPE / STJ - 2012) O estado-membro que editar lei proibindo a cobrança de tarifa de assinatura básica nos serviços de telefonia fixa e móvel agirá nos limites de sua competência, pois a CF atribuiu à União e aos estados a competência para legislar concorrentemente sobre telecomunicações.**

**72. (CESPE / STJ - 2012) Lei estadual que reservar espaço para o tráfego de motocicletas em vias públicas de grande circulação será constitucional, por tratar de tema inserido no âmbito da competência legislativa dos estados-membros.**

**73. (CESPE / STJ - 2012) A existência de lei municipal que legisle sobre trânsito e que imponha sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro é incompatível com a Constituição Federal de 1988 (CF).**

**74. (CESPE / TRE-MS - 2013) Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito eleitoral.**

**75. (CESPE / DPU - 2010). A elaboração de lei estadual que verse quanto à forma de como poderá ocorrer a desapropriação**

a) É viável, caso sejam atendidas determinadas condições, por se tratar de competência exclusiva dos estados-membros.

b) É inviável, por se tratar de competência privativa dos estados membros.

c) É inviável, por se tratar de competência exclusiva dos municípios.

d) É viável, se atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa da União.

e) É viável, desde que atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa dos estados-membros.

**76. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Ao legislar sobre normas gerais, a União, no que diz respeito à sua competência, não deixa margem de atuação legislativa para os estados-membros, caso o assunto tenha sido esgotado.**

**77. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) É competência exclusiva da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.**

**78. (CESPE / CNPq - 2011) De acordo com a CF, a competência para legislar sobre propaganda comercial é privativa da União.**

**79. (CESPE / STM - 2011) Compete privativamente à União legislar sobre matéria de direito penal, contudo, poderá ela, por**



**meio de lei complementar, autorizar os estados-membros a legislar sobre questões específicas dessa matéria, relacionadas na Constituição Federal de 1988.**

**80. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.**

**81. (CESPE / ANTAQ - 2009) Compete concorrentemente à União, estados, Distrito Federal e municípios legislar sobre águas.**

**82. (CESPE / ANTAQ - 2009) Compete privativamente à União legislar sobre direito marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.**

**83. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) No tocante à organização do Estado brasileiro, a CF atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre consórcios e sorteios, razão pela qual é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual que institua loteria no âmbito do estado.**

**84. (CESPE / TJ-AL - 2012) É terminantemente vedado aos estados-membros e ao Distrito Federal (DF) legislar sobre matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União.**

**85. (CESPE / STM - 2011) No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre matéria acerca de normas gerais revoga a legislação estadual existente.**

**86. (CESPE / OAB-RJ - 2007) A superveniência de lei federal sobre normas gerais derroga a lei estadual, no que lhe for contrária.**

**87. (CESPE / OAB - 2007) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, naquilo que lhe for contrária.**

**88. (CESPE / PREVIC - 2011) Segundo a CF, compete privativamente à União legislar sobre previdência social.**

**89. (CESPE / MPS - 2010) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.**

**90. (CESPE / OAB-RJ - 2007) A competência da União para legislar sobre normas gerais e específicas não exclui a competência suplementar dos estados.**

**91. (CESPE / OAB - 2007) No que se refere às competências legislativas de caráter concorrente, os estados não exercerão competência legislativa plena, mesmo inexistindo lei federal.**

- 92. (CESPE / STF - 2008) Compete à União legislar sobre direito processual, mas não sobre procedimentos em matéria processual, o que seria de competência concorrente entre a União, os estados e o DF.**
- 93. (CESPE / SEFAZ-ES - 2009) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro e econômico, e educação, cultura e ensino.**
- 94. (CESPE / TRE-MS - 2013) Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.**
- 95. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Os estados-membros têm competência comum, não legislativa, e residual ou reservada. Neste último caso, aos estados-membros estarão reservadas todas as competências que não sejam vedadas a eles, ou seja, as que não forem de competência expressa dos outros entes. Uma das competências expressamente reservadas aos estados-membros pela CF é a de explorar os serviços locais de gás canalizado, mediante concessão, na forma da lei, vedada a regulamentação da referida matéria por medida provisória.**
- 96. (CESPE / ABIN - 2010) Os estados podem explorar diretamente, ou mediante permissão, os serviços locais de gás canalizado e podem, inclusive, regulamentar a matéria por meio de medida provisória.**
- 97. (CESPE / IPAJM-ES - 2010) Os estados, autônomos que são, têm competência legislativa própria, e a CF, assim como fez com os outros entes federados, dedicou artigo para enumerar, taxativamente, as matérias de sua competência.**
- 98. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) No plano de suas atribuições administrativas e legislativas, os estados federados exercem competências remanescentes, razão pela qual estão inseridos na competência reservada dos estados-membros as atribuições que não constarem do rol de competências da União e dos municípios e que não pertencerem à competência comum a todos os entes federativos.**
- 99. (CESPE / MPS - 2010) Compete privativamente à União explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.**
- 100. (CESPE / TRT 1ª Região - 2008) Pela teoria dos poderes remanescentes, a competência legislativa da União decorre da**

**exclusão dos assuntos taxativamente descritos na CF para os estados, o DF e os municípios.**

**101. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Para regulamentar a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, pode ser utilizada pelos estados medida provisória, desde que prevista a sua edição na respectiva constituição estadual.**

**102. (CESPE / AUFC - 2009) No âmbito da organização federativa do Brasil, a competência material residual é sempre de competência dos Estados.**

**103. (CESPE / STJ - 2012) Compete aos municípios a criação, a organização e a supressão de distritos. Nesses três casos, devem ser observadas as orientações constantes em lei do município correspondente.**

**104. (CESPE / TJ-CE - 2012) Os municípios dispõem de competência para suplementar exclusivamente a legislação estadual.**

**105. (CESPE / TJ-RR - 2012) Os municípios dispõem de competência para suplementar a legislação estadual, no que couber, mas não a legislação federal.**

**106. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os municípios não possuem competência suplementar em matéria legislativa.**

**107. (CESPE / PREVIC - 2011) A CF reconhece aos municípios a competência para criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.**

**108. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Compete ao município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado a que ele pertence, programas de educação infantil e de ensino fundamental, bem como serviços de atendimento à saúde da população.**

**109. (CESPE / TJ-AL - 2012) Os municípios detêm a denominada competência legislativa suplementar, podendo, portanto, suplementar, no que couber, tanto a legislação federal quanto a estadual.**



<b>1.</b>	CORRETA
<b>2.</b>	INCORRETA
<b>3.</b>	INCORRETA
<b>4.</b>	INCORRETA
<b>5.</b>	INCORRETA
<b>6.</b>	INCORRETA
<b>7.</b>	INCORRETA
<b>8.</b>	CORRETA
<b>9.</b>	CORRETA
<b>10.</b>	INCORRETA
<b>11.</b>	INCORRETA
<b>12.</b>	CORRETA
<b>13.</b>	INCORRETA
<b>14.</b>	INCORRETA
<b>15.</b>	INCORRETA
<b>16.</b>	INCORRETA
<b>17.</b>	INCORRETA
<b>18.</b>	CORRETA
<b>19.</b>	INCORRETA
<b>20.</b>	INCORRETA
<b>21.</b>	CORRETA
<b>22.</b>	CORRETA
<b>23.</b>	INCORRETA
<b>24.</b>	INCORRETA
<b>25.</b>	CORRETA
<b>26.</b>	CORRETA
<b>27.</b>	INCORRETA
<b>28.</b>	INCORRETA
<b>29.</b>	INCORRETA
<b>30.</b>	INCORRETA
<b>31.</b>	CORRETA
<b>32.</b>	INCORRETA
<b>33.</b>	CORRETA
<b>34.</b>	CORRETA
<b>35.</b>	INCORRETA

<b>36.</b>	INCORRETA
<b>37.</b>	LETRA A
<b>38.</b>	INCORRETA
<b>39.</b>	CORRETA
<b>40.</b>	CORRETA
<b>41.</b>	INCORRETA
<b>42.</b>	INCORRETA
<b>43.</b>	INCORRETA
<b>44.</b>	INCORRETA
<b>45.</b>	CORRETA
<b>46.</b>	CORRETA
<b>47.</b>	INCORRETA
<b>48.</b>	INCORRETA
<b>49.</b>	CORRETA
<b>50.</b>	CORRETA
<b>51.</b>	INCORRETA
<b>52.</b>	CORRETA
<b>53.</b>	INCORRETA
<b>54.</b>	INCORRETA
<b>55.</b>	CORRETA
<b>56.</b>	INCORRETA
<b>57.</b>	CORRETA
<b>58.</b>	INCORRETA
<b>59.</b>	INCORRETA
<b>60.</b>	INCORRETA
<b>61.</b>	CORRETA
<b>62.</b>	INCORRETA
<b>63.</b>	CORRETA
<b>64.</b>	INCORRETA
<b>65.</b>	INCORRETA
<b>66.</b>	INCORRETA
<b>67.</b>	CORRETA
<b>68.</b>	INCORRETA
<b>69.</b>	INCORRETA
<b>70.</b>	INCORRETA
<b>71.</b>	INCORRETA
<b>72.</b>	INCORRETA
<b>73.</b>	CORRETA
<b>74.</b>	INCORRETA
<b>75.</b>	LETRA D
<b>76.</b>	INCORRETA
<b>77.</b>	INCORRETA
<b>78.</b>	CORRETA
<b>79.</b>	CORRETA

<b>80.</b>	INCORRETA
<b>81.</b>	INCORRETA
<b>82.</b>	CORRETA
<b>83.</b>	CORRETA
<b>84.</b>	INCORRETA
<b>85.</b>	INCORRETA
<b>86.</b>	INCORRETA
<b>87.</b>	CORRETA
<b>88.</b>	INCORRETA
<b>89.</b>	CORRETA
<b>90.</b>	INCORRETA
<b>91.</b>	INCORRETA
<b>92.</b>	CORRETA
<b>93.</b>	CORRETA
<b>94.</b>	INCORRETA
<b>95.</b>	CORRETA
<b>96.</b>	INCORRETA
<b>97.</b>	INCORRETA
<b>98.</b>	CORRETA
<b>99.</b>	INCORRETA
<b>100.</b>	INCORRETA
<b>101.</b>	INCORRETA
<b>102.</b>	INCORRETA
<b>103.</b>	INCORRETA
<b>104.</b>	INCORRETA
<b>105.</b>	INCORRETA
<b>106.</b>	INCORRETA
<b>107.</b>	CORRETA
<b>108.</b>	CORRETA
<b>109.</b>	CORRETA